

O DOCUMENTO DE HISTÓRIA ORAL
COMO FONTE HISTÓRICA

- UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA -

CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA

O DOCUMENTO DE HISTÓRIA ORAL
COMO FONTE HISTÓRICA

- UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA -

DISSERTAÇÃO APRESENTADA
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM CIÊNCIAS
ESPECIALIDADE HISTÓRIA



0.264.053-8

UFSC-BU

FLORIANÓPOLIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

1977

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Especialidade História, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza
Orientador

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza
Coordenador do Curso

Apresentada perante a Banca
Examinadora composta dos Pro
fessores:

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza

Prof. Dr. Errol Dean Jones

Prof. Dr. Lawrence James Nielsen

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
Capítulo I.	CONCEITO, OBJETIVOS E DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA ORAL	9
1.	Conceito	9
2.	Objetivos	11
X3.	Origem da História Oral	19
X4.	O desenvolvimento e a utilização da História Oral nos Estados Unidos e demais países	20
X4.1.	A História Oral no Brasil	21
Capítulo II.	TEORIA E PREPARO DA ENTREVISTA	26
X1.	A entrevista em Ciências Sociais	26
2.	A entrevista de História Oral	30
2.1.	O preparo	32
2.1.1.	A preparação do Projeto de História Oral	32
2.1,2.	A seleção dos entrevistados	37
2.1,3.	Qualidades do entrevistador	39
2.1.4.	O questionário e o roteiro de entrevista	41
2.1.5.	Material necessário para a entrevista	43
Capítulo III.	A TÉCNICA DA ENTREVISTA	51
1.	Introdução	51
2.	O primeiro contacto e a marcação da entrevista	52
3.	Condições para a realização da entrevista	56

4.	Princípios a serem adotados pelos	57
	entrevistadores	
5.	O desenvolvimento biográfico do	73
	entrevistado	
6.	O assunto principal	81
7.	As entrevistas coletivas e indivi-	
	duais	82
8.	As variações de entrevistas	84
9.	A revisão da entrevista	86
Capítulo IV.	A TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO	87
1.	Introdução	87
2.	Fases da transcrição	90
3.	A limpeza do texto	92
4.	A revisão pelo entrevistado	97
5.	A indexação e a catalogação	98
Capítulo V.	O ARQUIVAMENTO, A LEGISLAÇÃO E A	
	ÉTICA	101
1.	O arquivamento	101
2.	Condições de consulta	103
3.	Os direitos autorais e a legisla-	
	ção	107
4.	Os contratos de doação	110
5.	A ética em História Oral	116
Capítulo VI.	FORMAS DE UTILIZAÇÃO	119
1.	Introdução	119
2.	A utilização didática da História	
	Oral	120
X3.	A História Oral nos Museus de Arte	
	do Brasil	124
Capítulo VII.	CONCLUSÕES. O HISTORIADOR, O DOCUMEN-	
	TO E A HISTÓRIA ORAL	133
	XConclusões finais	137
XBIBLIOGRAFIA	144

INTRODUÇÃO

A falta de documentação escrita, ocasionada, muitas vezes, pela má organização ou mesmo inexistência de arquivos públicos e particulares relativos ao período republicano brasileiro, torna urgente a necessidade da obtenção de outros tipos de fontes, como é a da História Oral.

Por outro lado, a utilização de sua técnica só recentemente está sendo utilizada pelos pesquisadores brasileiros, assim mesmo com reservas, apesar de já ser largamente empregada em outros países, para a obtenção de fontes históricas orais, através de entrevistas com pessoas que, normalmente, não teriam condições de deixar escrito o testemunho de suas experiências ou vivências em acontecimentos importantes da vida regional ou mesmo nacional.

A experiência que temos tido no emprego desta técnica em quase quatro anos, experiências pessoais e através da ministração de cursos específicos, fez-nos observar que nem toda a técnica empregada pelos estrangeiros pode ser usada aqui, tornando-se necessário, então, o levantamento de novas teorias acerca da História Oral que poderão proporcionar mesmo uma nova função ao historiador contemporâneo, bem como a adaptação técnica de algumas soluções a fim de que se possa extrair documentos válidos para a historiografia nacional, de acordo com a realidade brasileira.

A análise e a discussão da teoria e a adaptação da técnica, consequência da experiência brasileira, é o que nos propomos fazer neste trabalho, antes que a má utilização deste rico recurso de levantamento documental seja deturpado e, em consequência, se percam, definitivamente, memórias valiosas para a História do Brasil.

CAPÍTULO I

CONCEITOS, OBJETIVOS E DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA ORAL

1. CONCEITO

Parece-nos bastante claro a necessidade de, antes de se analisar em profundidade qualquer técnica empregada em Ciências Sociais, conceituá-la em suas bases teóricas para, posteriormente, delimitarmos os parâmetros a que nos propomos seguir e possamos desenvolver o trabalho. E, dentro deste princípio, a primeira pergunta que devemos fazer é "o que é História Oral?".

Segundo George P. Browne, "História Oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais" (1), a que acrescentamos, memórias de pessoas que, por si só, não teriam condições de deixar testemunhos escritos ou orais. A técnica, em si, consiste de entrevistas devidamente guiadas pelo historiador, através de

1. George P. BROWNE & Walter F. PIAZZA . A documentação em História Oral. p. 927

quais podemos fazer com que o entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. A entrevista é gravada em fita magnética, posteriormente transcrita literalmente, revista pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí, dois tipos de documentos: o gravado e o escrito. Ambos completando-se, pois, se é possível a transcrição literal do que foi dito, bem como a assinatura do entrevistado aposta ao documento escrito, o que o autentica, não é possível a transcrição da maneira como foi dito, isto é, a entonação das frases, a dicção das palavras, muitos erros ou vícios da comunicação oral que deixam o documento gravado com um colorido e uma autenticidade bastante ímpar, além de constituírem valioso material para uma análise psicológica do entrevistado.

A História Oral difere da entrevista jornalística por que não visa sua utilização imediata, que é a divulgação do conteúdo da entrevista; difere por que é essencialmente conduzida pelo historiador e não por outra pessoa não classificada, difere por que as técnicas de condução da entrevista são próprias, e por que ao jornalista falta perspectiva histórica, o que não deve faltar ao historiador.

Por outro lado, a História Oral também não pode ser confundida com a entrevista sociológica ou antropológica visto que, em princípio, o método empregado por tais ciências é indutivo, isto é, cada entrevista, individualmente, é olhada dentro de um conjunto de outras e que somente este conjunto delas permite ao pesquisador concluir sobre algo desejado.

A História Oral é essencialmente uma história de vida, que ao historiador ou ao pesquisador interessa somente aquela determinada pessoa que presta informação, pois só ela tem condições para tal, por suas experiências. Um conjunto de entrevistas de História Oral não serve para uma análise quantitativa como o fazem as outras ciências sociais, mais completa-se entre si com informações variadas em função de vivências pessoais distintas e, portanto, com pontos de vista também diferentes do mesmo fato. Aí está a diferença entre as entrevistas aplicadas nas Ciências Sociais e na História Oral: elas preocupam-se em quantas pessoas pensam ou fazem igualmente determinada coisa, enquanto que a História Oral preocupa-se justamente pelos pensamentos e fazeres diferentes relativos ao mesmo assunto.

2. OBJETIVOS

Toda a História se refere a idéias expressas por palavras que, de maneira as mais variadas, exprimem um pensamento. Portanto, desde que o Homem inventou qualquer tipo de escrita faz-se história e ela é feita justamente por tal fato. Mas, o volume de documentação escrita tem aumentado consideravelmente a ponto de, se todos fossem conservados, o historiador se veria impossibilitado de escrever tal a quantidade de caminhos a seguir. Entretanto, com o desenvolvimento das comunicações, principalmente o aparecimento do rádio, do telefone e da televisão, sem falar em outros meios, aliados à falta de tempo do homem moderno, a documentação escrita tradicionais

tá se restringindo gradativamente. Em proporções, naturalmente. Antigamente, em função do tempo gasto na elaboração dos documentos manuscritos, eles eram poucos em relação à quantidade de documentos usados oficialmente hoje. Um Presidente de uma Província de médio desenvolvimento no Império brasileiro, raramente assinava mais de dez ofícios diariamente. Entretanto, as cartas curtas eram mais frequentes, os bilhetes, os diários eram usados comumente, tudo formando um valioso acervo público e particular que hoje contribui, aliado a outros tipos de documentos, para a reconstituição histórica.

O homem contemporâneo, por outro lado, luta contra o tempo e seus métodos de comunicação escrita estão reduzidos. A própria invenção da máquina datilográfica forçou-o a isto, indo colimar com a invenção do telefone. Este último aparelho proporcionou um tipo de comunicação à distância tão revolucionário que, através dele, local ou nacional, e mesmo internacionalmente, resolve-se todo e qualquer problema que demoraria semanas ou meses se dependesse da comunicação escrita. Esta, por conseguinte, reduziu sua forma. Seus termos foram limitados e ela se tornou cada vez mais formal, impessoal mesmo, perdendo, finalmente, a característica estilística da liberdade de expressão.

Um assunto que levaria várias páginas manuscritas explicativas, no passado, é hoje, tratado em poucas e frias linhas datilografadas. O documento escrito parece que existe ainda como necessidade de um registro formal, somente. Por outro lado, as memórias escri

tas, as auto-biografias que tanto material forneceram ao historiador, este tipo de documento literário está por acabar, principalmente na América Latina, onde não é costume escrever-se auto-biografias. O resultado é que podemos vislumbrar para o futuro uma falta cada vez maior de documentos pessoais que forneçam elementos ao historiador que pretenda reconstituir este presente não somente através de documentos oficiais.

Cabe à História Oral preencher esta lacuna. Cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas ainda vivas que sirvam de documento para o futuro; documentos que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente pois, no nosso caso brasileiro, ou mesmo latino-americano, o homem não é dado a escrever suas próprias memórias.

A História Oral tem como objetivo, portanto, preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro.

Dois elementos importantes caracterizam o documento de História Oral e o diferem dos demais documentos tradicionais e historicamente aceitos: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade da preservação para o futuro.

O documento escrito, por maior facilidade que seu autor tenha em registrar suas idéias, é caracterizado por uma série de limitações que o idioma possui. As formas gramaticais, as estruturas de pensamento, a utilização das palavras, enfim, condicionam o autor de tal maneira que normalmente vê-se limitado em expressar-se e,

em algumas vezes acaba dizendo o que não quer ou não dizendo o que pensa. Com exceções, naturalmente, mas normalmente falamos melhor do que escrevemos ou, por outro lado, compreendemos melhor uma mensagem falada do que uma escrita.

Vejamos o caso de uma auto-biografia escrita, se não for redundância o termo. O autor pretende escrevê-la para justificar determinados atos ou simplesmente deixar registradas suas vivências, experiências, para que possam servir de exemplo para a posteridade ou, também, para explicar determinado fato com o qual tenha estado envolvido em alguma época de sua vivência. Seja qual for o objetivo pretendido, ele terá que selecionar e dividir suas memórias em capítulos, geralmente em ordem cronológica e, dentro de cada capítulo, de cada parágrafo, enfim, escolher cuidadosamente as palavras para tentar expressar um pensamento de maneira que, após um processo de lapidação estilística, deixe registrado em definitivo o que pretendeu, sem a possibilidade de voltar, reconsiderar ou mesmo contradizer-se intencionalmente.

As memórias gravadas através da técnica de História Oral, apesar de nelas estar presente o historiador como entrevistador, não deixam de ser também uma auto-biografia. Só que diferem da outra justamente pela espontaneidade característica da comunicação oral, enfim, pela possibilidade de, por exemplo, não terminando determinado pensamento, voltar a um outro expresso anteriormente para depois retorná-lo novamente sem ferir a possibilidade de compreensão das idéias. O historiador-entre

vistador, além do mais, está ali, ao lado do entrevistado, para avivar-lhe a memória, para procurar pontos de vista até então não analisados, enfim, para completar, sob vários aspectos, o conteúdo da mensagem.

O outro aspecto que caracteriza os objetivos da História Oral é o da intencionalidade da formação do documento histórico para sua utilização no futuro, isto é, recolher um material virgem para ser utilizado posteriormente.

Este material virgem significa um material que não tenha sido escrito até então, mas que complete a documentação já existente, documentação esta que, diga-se de passagem, não foi elaborada intencionalmente para a pesquisa histórica no futuro. E é, justamente, neste ponto, o da intencionalidade, que o documento de História Oral difere dos demais documentos históricos tradicionalmente reconhecidos.

As fontes históricas podem ser analisadas segundo vários aspectos e a partir de cada um, classificadas segundo suas características. Segundo William Bauer, as fontes históricas em sentido restrito, estão divididas em plásticas, escritas e orais(2). As últimas são a transmissão de fatos de geração em geração que, por suas características, não são transmitidas intencionalmente para a própria preservação, por que se deturpam diante de cada nova versão e objetivam tão somente seu conhecimento imediato. Referindo-se a este aspecto da transmissão oral e

2. Wilhelm BAUER. Introducción al Estudio de la Historia.
p.218

citando os Incas como exemplo, Pierre Chaunu conclue que a a quele povo conseguiu transmitir oralmente sua história por durante quatro séculos sem grandes transformações e, poste riormente, transcrevê-la para o alfabeto latino. Entretanto, o autor não acredita na expansão deste tempo para a con firmação histórica da tradição oral (3). A estas fontes o-rais não podemos incluir a fonte de História Oral, que se caracteriza pela intencionalidade precípua e pela preserva ção do caráter literal da informação. Às fontes escritas ou impressas, pode-se incluir o documento extraído do exercí cio da técnica de História Oral, a sua transcrição, mas não a gravação original, que é o documento primário. Finalmente, parece-nos tanto mais impossível incluir também o nos-so documento gravado dentre as fontes plásticas, por razões óbvias.

Caberia, portanto, uma nova re visão das características tradicionais das fontes em senti do estrito, para ser incluído o documento de História Oral.

Outro aspecto que deve ser a-nalisado para formar critério para a divisão das fontes his tóricas é quanto à intencionalidade da produção das mesmas.

Cabe anotar as observações de José Honório Rodrigues quanto a este aspecto do documento, quando os divide segundo aqueles que representam declaração ou manifestação de vontade, em vontade manifestada e vonta de declarada. O primeiro, o autor classifica quando a pro-dução do documento objetiva um registro para o futuro, mas

não é dirigido para alguém em particular. É o testemunho. O segundo, no qual a vontade é declarada, consequentemente é dirigida à alguém, o autor chama-o de "documento" propriamente dito. Quanto à análise da credibilidade sobre ditos documentos, José Honório Rodrigues oferece mais fé ao primeiro tipo, por que o considera desinteressado em relação ao segundo, que é forçado e obrigatório. São os documentos jurídicos, que são sempre autênticos, mas nem sempre dignos de fé. (4)

Numa nova tentativa de classificação do documento de História Oral, dentro destes objetivos, somos forçados a admitir que ele pode ser classificado nos dois casos. No primeiro, como testemunho de uma vivência do entrevistado, intencionalmente gravado, transcrito, preparado, enfim, para o futuro mas, para ninguém, em particular; no segundo caso, pelo fato de, apesar de não ser dirigido a alguém em particular, dirige-se exclusivamente aos pesquisadores e historiadores do futuro.

Observamos que, em princípio, a quase totalidade das fontes históricas tradicionais somente são assim consideradas após sua eleição, pelo pesquisador, como fonte propriamente dita. Queremos dizer que, em geral, nenhuma fonte é fonte enquanto está sendo produzida, mas sim após sua escolha e seleção, como tal, num futuro indeterminado. O objeto material ou não material (oral) em si - que poderá ou não ser transformado em fonte - não é frequentemente produzido visando sua utilização

futura pelos historiadores mas, e principalmente, uma utilização imediatista. As condições físicas do material com que são feitas - papel, pergaminho, rocha, metal, madeira, etc, é que, por suas qualidades de maior ou menor perecibilidade, permitem que aquele objeto tenha uma existência mais longa do que para o qual foi feito e, num futuro mais ou menos distante, seja utilizado pelo pesquisador que poderá classificá-lo na categoria de fonte histórica. Portanto, todo material é somente, em potencial, uma fonte histórica.

Exceção talvez tenhamos que fazer para os monumentos, que são erigidos objetivamente para a posteridade, que através do seu material de grande imperecibilidade, quer mesmo pela própria intenção que não sejam apagados da História nomes e fatos. Entretanto, pelas características do monumento - material, localização, etc, são de alto custo e de fácil e importante localização, só podendo, portanto, serem erigidos pela classe dominante de então. O monumento é, pois, do ponto de vista de fonte histórica, unilateral, quanto às informações que pretende imortalizar.

Por outro lado, as chamadas fontes orais, em posição completamente oposta à do monumento, onde a perecibilidade do material oral (portanto temporal) é afetada pela transmissão do conteúdo de geração em geração, as possibilidades de preservação do original são nulas ou quase nulas, pois cada indivíduo, cada geração, modifica um pouco e no final, totalmente, transforma o original e, por que não, o próprio conteúdo.

A existência de qualquer material sonoro perde-se no espaço e no tempo se não for preservado através de processo de gravação magnética, que consti-

tui, enfim, além da transcrição deste material, na técnica da História Oral.

3. ORIGEM DA HISTÓRIA ORAL

No sentido amplo da coleta de vivências de pessoas, como fonte histórica, a História Oral sempre foi utilizada pelos historiadores, desde a antiguidade. Já Heródoto, para escrever sua monumental obra, obteve depoimentos de pessoas as mais variadas, tanto gregas quanto egípcias, e mesmo de outros povos (5). O método logográfico foi, portanto, usado, mesmo que em sentido restrito.

Entretanto, especificamente, a História Oral teve início através do historiador norte americano Allan Nevins, da Universidade de Columbia, Nova York, que, ao elaborar pesquisa sobre a personalidade e a administração pública do Presidente Groover Cleveland, tratou de resgatar vivências de algumas pessoas que com o biografado conviveram. Entretanto, pela época em que foi feita a pesquisa, fim da década de 20, provavelmente Nevins não teve oportunidade de gravar as entrevistas, mas anotá-las. Seu trabalho foi, por isto, criticado posteriormente, justamente pela possibilidade da obtenção de um maior número de entrevistas, o que não foi feito pois haveria de requerer um árduo trabalho. (6)

Com o aparecimento e a popu-

5. Heródoto de HALICARNASO. Los Nueve Libros de la Historia.

6. citado por Eugenia MEYER & Alicia Oliveira de BONFIL. La Historia Oral. Origen, Metodologia, Desenvolvimento y Perspectivas. p. 373

larização dos aparelhos portáteis de gravação, entusiasmado com os primeiros resultados, Nevins organizou, em Columbia, em 1948, a Oral History Research Office, para desenvolver os primeiros projetos de História Oral, em nível acadêmico, nos Estados Unidos.

4. O DESENVOLVIMENTO E A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL NOS ESTADOS UNIDOS E DEMAIS PAÍSES

Gradativamente, o interesse pela técnica de História Oral foi aumentando, e em várias universidades norte americanas foi se desenvolvendo o trabalho, inclusive com a fundação, em 1968, da Oral History Association, sediada na Universidade Estadual do Norte do Texas, quando, representantes de várias outras universidades norte americanas, aproveram um documento conhecido por "Goals and Guidelines" da História Oral.

Rapidamente o México, através de sua Universidade Nacional Autônoma adotou a técnica, passando para outras entidades, como o Instituto Nacional de Antropologia e História. Atualmente a bibliografia norte americana sobre aspectos técnicos e teóricos é vastíssima, publicando-se, inclusive, grande número de jornais e revistas especializadas. Para se ter idéia da expansão da utilização das técnicas de História Oral nos Estados Unidos, o professor Gary L. Shumway publicou, em 1971, um panorama dos programas em andamento em território norte americano. A publicação levantou 43 Estados daquele país, englobando 198 instituições as mais variadas, como universidades, bibliotecas, institutos, sociedades históricas, fundações, sociedade
UFPA
BIBL. CENTRAL

dados profissionais, academias militares, hospitais, museus, emissoras de rádio, arquivos públicos e instituições musicais, além de outras, todas elas com dois a cinco programas. (7)

Historiadores europeus utilizam a História Oral com frequência, expandindo seus estudos inclusive entre as nações africanas e asiáticas emergentes dos períodos colonialistas. Aliás, a prática do levantamento histórico de pequenas comunidades inglesas através da História Oral, já se torna comum. (8)

4.1. A História Oral no Brasil

A utilização da técnica de História Oral no Brasil é, realmente, bem recente se olharmos o tempo que outros países já a utilizam. Entretanto, alguns historiadores recorriam à entrevistas há mais tempo, ainda que de modo não ortodoxo.

O pioneirismo cabe à Universidade Federal de Santa Catarina que, em 1974, quando da instituição do primeiro Curso de Especialização em História,

7, Gary L. SHUMWAY. Oral History in the United States.

8. A bibliografia referente a trabalhos publicados na Europa e demais continentes é difícil de ser encontrada. Temos notícia de estudos referentes a Austrália e Nova Zelândia (MOZLEY, ANN. Oral History. Hist. Studies Australia and New Zealand), um trabalho teórico publicado na França (BOUCHE, Denise. Questions au Choix en Histoire. Cahiers Pédagogiques. 1957) e outro trabalho referente ao Congo (VANSINA, J. Recording the Oral History of the Bakuba, in Journal of African History, 1960). Entretanto, tais estudos não puderam ser consultados por motivos vários.

em nível de pós-graduação, incluiu Técnicas de História Oral, ministrada pelo professor Dr. George P. Browne, da Universidade de Seton Hall, New Jersey, preparando a primeira turma de pós-graduados no assunto.

A partir daí, Browne, em contacto com a Universidade Federal Fluminense, a Biblioteca Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Brasileira (CPDOC), organizou, para o ano seguinte, o primeiro Curso Intensivo de História Oral, em caráter nacional, com alunos oriundos de várias universidades brasileiras e com a presença de especialistas internacionais no assunto, como James Wilkie, Edna Monzón Wilkie, ambos da Universidade da Califórnia (UCMA), e Eugenia Meyer, do Instituto Nacional de Antropologia e História, do México. Um dos objetivos do curso seria a fundação de uma Associação Brasileira de História Oral, que ficou em suspenso, pois pouco se sabe se as Universidades de origem organizaram Centros de Pesquisa e Documentação de História Oral. Possivelmente a resposta seja negativa, com exceção da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo, do Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, da Fundação Candido Mendes e do próprio CPDOC que, temos certeza, desenvolve profundas entrevistas de História Oral, principalmente relativas ao período de Vargas.

A Universidade Federal de Santa Catarina, neste mesmo ano de 1975, através do Departamento de História, aprova a implantação do Laboratório de História Oral, cujo programa já havia sido instituído no ano anterior.

A primeira comunicação oficial sobre História Oral em nível universitário, foi feita pelos professores George P. Browne e Walter Fernando Piazza, este último da Universidade Federal de Santa Catarina, quando, juntos, e por ocasião do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Aracajú, em 1975, apresentaram uma comunicação intitulada "A documentação em História Oral". O trabalho consiste numa introdução conceitual da técnica, com pequena abrangência metodológica, acompanhada de breve citação da utilização da História Oral na Universidade Federal de Santa Catarina e, mais intensivamente, um levantamento das possibilidades de seu uso como instrumento didático (9). No ano de 1976, a professora Teresa E. Malotian Roy, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, escreve artigo na Revista Estudos Históricos com o título de "História Oral". Tal artigo é apenas uma notícia do curso realizado no Rio de Janeiro no ano anterior, levantando problemas teóricos e práticos discutidos então. Apesar de não trazer novidades para aqueles já familiarizados na técnica, não deixa de ter valor pelo aspecto de ter registrado, também, a necessidade de uma visão científica às entrevistas feitas até então, mas empiricamente (10).

O Projeto de Documentação da UFSC passou a ter nova dimensão com a instalação do Laboratório de História Oral, devidamente montado, e com acervo constituído de trabalhos dos alunos de pós-graduação e,

9. George P. BROWNE & Walter F. PIAZZA. A Documentação em História Oral. op. cit.

10. Teresa E. Malotian ROY. História Oral

neste ano de 1977, a publicação do primeiro Catálogo de História Oral, com o resumo de 100 entrevistas versando sobre assuntos variados, principalmente sobre a colonização estrangeira em Santa Catarina e a política regional de alguns municípios (11).

Temos notícia que a Universidade de Brasília realizou, no início de 1977, um Curso de Especialização em História Oral, estranhamente em nível de doutorado, desconhecendo-se, entretanto, a repercussão que possa ter tido para a divulgação da técnica no Brasil.

A necessidade de especialização por parte dos professores universitários das várias Fundações Universitárias de Santa Catarina fez com que a Fundação de Ensino do Sul de Santa Catarina (FESSC), de Tubarão, também organizasse tal curso, em 1977, sendo ministrado por nós, num trabalho aos moldes de que vimos fazendo na UFSC. Desta maneira, a UFSC plantava junto às outras unidades de ensino superior de Santa Catarina a semente da pesquisa científica, através da História Oral, plano que se desenvolverá em quase uma dezena de outros municípios, como preparação à implantação de Centros Regionais de História Oral, no Estado.

Neste mesmo ano, por ocasião do IX Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Florianópolis, apresentamos dois trabalhos relativos ao assunto: um relatório sobre o de-

11. Universidade Federal de Santa Catarina. Catálogo de História Oral.

envolvimento do Projeto de História Oral na Universidade Federal de Santa Catarina, e outro documento teórico intitulado "O Documento de História Oral como fonte Histórica," em Mesa Redonda.

Da mesma maneira, a professora Cecília Westfhalen, da Universidade Federal do Paraná e do Conselho Federal de Cultura, num trabalho sobre os cursos de pós-graduação em História em todo o território brasileiro, citou a UFSC como pioneira nesta técnica em nível de pós-graduação. (12)

12. Cecília WESTPHALEN. A Situação da Pós-Graduação em História.

CAPÍTULO II

TEORIA E PREPARO DA ENTREVISTA

1. A ENTREVISTA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

As ciências Psico-sociais utilizam métodos próprios para formular questões ou propor problemas, efetuar observações e responder às questões formuladas ou resolver os problemas propostos, e rever conclusões, idéias e opiniões que não estejam de acordo com as observações e as respostas resultantes. Dentre estes métodos, pode-se citar, por exemplo, o questionário, o formulário, a entrevista e outros.

A entrevista é o que melhor se adapta a uma proposta de análise mais qualitativa do que quantitativa. É um método pelo qual se procura obter informações através de um interrogatório direto, durante uma conversa. É, pois, em sentido globalizante, orientada para um objetivo definido que não visa simplesmente uma satisfação pessoal de cada uma das duas ou mais pessoas que dela participam, o que a simples conversa pode proporcionar.

O questionário e o formulário são geralmente padronizados e lançados a pessoas indiscriminadamente que fazem parte de determinados grupos sociais estudados, especiais, objetivando mais a quantidade de respostas iguais ou diferentes a uma mesma pergunta. Sua técnica caracteriza-se na pequena ou quase nula interferência do cientista sobre aquele que dará as respostas.

Esta interferência é mais sentida na entrevista, pelo necessário contacto pessoal entre o entrevistador e o entrevistado. Estes, conscientes ou inconscientemente, se influenciam um ao outro não apenas pelas palavras, mas também pelos gestos, pela inflexão da voz, expressão fisionômica, olhar, aparência e outros traços pessoais e manifestações de comportamento. Mas, apesar desta interferência, suas consequências só se fazem sentir no resultado das respostas pois as perguntas, da maneira que no questionário e no formulário são feitas antecipadamente. A maneira de formulá-las oralmente, modifica geralmente as perguntas escritas padronizadas, esta maneira também pode ser influenciada pela proximidade física entre o entrevistador e o entrevistado. Mas, se as perguntas foram antecipadamente elaboradas, deve ter sido previsto um número limitado de respostas possíveis para posteriormente serem avaliadas. Sendo assim, por mais dispersiva que seja a resposta de improviso dada pelo entrevistado, ela deverá ser adaptada às respostas previstas.

Segundo Bingham e Moore, citados por Gracy Nogueira, a entrevista pode ter três ob

jetivos distintos: obter informações do entrevistado, instruir e influenciar pessoas, ou motivar o entrevistado(1). O tipo de entrevista que nos interessa para a História Oral, segundo seus objetivos, é o primeiro, isto é, obter informações de vivências e experiências de pessoas que participaram de fatos históricos.

Do ponto de vista sociológico, a entrevista pode, também, ser relacionada a duas outras técnicas de pesquisa: a análise ou estudo de caso e a história de vida.

A diferença entre estas duas técnicas está em que a de estudo de caso não se restringe a um único indivíduo, como a história de vida, mas a casos concretos variados. A história de vida é "o relato confidencial, completo, mas ainda informe, das experiências mais importantes da pessoa, contada por ela própria, em resposta às sugestões e perguntas do entrevistador, sem que este intervenha para justificar ou condenar a conduta que está sendo rememorada". (2)

Alguns autores se referem a este tipo de material como "documentos humanos", "documentos íntimos" ou "documentos pessoais".

A utilização da "história de vida" na Sociologia abrange campos os mais variados. Todos, porém, objetivam a descoberta da concepção que o entrevistado tem de seu papel e de seu status nos variados

1. Oracy NOGUEIRA, Pesquisa Social. p. 115

2. Oracy NOGUEIRA. op. cit. p. 119

grupos sociais de que é membro. O estudo da assimilação de imigrantes, a análise da sociologia do crime e da delinquência, a situação cultural de determinada pessoa dentro do grupo, as relações internacionais, entre outros, enriquecem-se sobremaneira desta técnica.

Como a "história de vida" é falada pelo entrevistado, e pode ser escrita, Ernest W. Bruggers após analisar centenas de documentos oriundos de entrevistas sociais, classificou quatro tipos de personalidades distintas pelo modo de escrever: o Cronista, o Auto-Defensor, o Confessor e o Auto-Analista. O Cronista é aquele que descreve sua vivência ordenando os acontecimentos externos sem explicá-los; o Auto-Defensor é o indivíduo que descreve uma justificativa de toda sua carreira; o Confessor é aquele que revela os dramas mentais até então ocultos e, finalmente, o Auto-Analista é o tipo que dissecava cada um dos seus atos.(3)

Através da técnica de História Oral, como veremos mais tarde, cabe ao entrevistador fazer surgir em cada entrevistado uma faceta destas personalidades.

Desta maneira, vemos que a entrevista, antes de ser empregada especificamente na História Oral, já é largamente estudada nas ciências sociais, aproximando-se do nosso tema - só que com objetivos diferentes -, através da "história de vida".

3. Ernest BRUGESS. Discussion. Citado por Oracy NOGUEIRA, op. cit. p.145

2. A ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL

A entrevista de História Oral difere em alguns pontos da entrevista utilizada nas ciências psico-sociais, mas aproxima-se dela em outros. Primeiramente deve-se considerar que um historiador oral escolhe determinadas pessoas para serem entrevistadas; isto significa que elas são únicas e, somente elas possuem a experiências e a vivência suficientes para lhe dar as respostas desejadas, isto é, só aquela aquela pessoa ou determinado grupo delas, e mais ninguém, possui dados para solucionar dúvidas deixadas pela falta de documentos tradicionais. A História Oral existe como técnica subsidiária às outras técnicas de pesquisa nas demais fontes e toda informação extraída através dela deve ser virgem pelo fato de ainda não ter sido escrita (e, portanto, transformada em documento tradicional), ou deve servir para reafirmar ou negar o material escrito.

Apesar de objetivar determinar do assunto em particular com o qual o entrevistado tenha tido vivência ou contacto, a técnica de História Oral repudia o questionário previamente elaborado bem como possibilidades de respostas previstas, pois considera relevante a vivência pessoal, única, de cada indivíduo, mesmo que muitos deles ou todos os entrevistados tenham participado juntos do mesmo fato. O objetivo específico da entrevista é a qualidade e a profundidade das respostas e não suas quantidades como requerem as demais ciências sociais como é o caso da Sociologia que trabalha com grupos integrados entre si ou a Psicologia Social, esta com o indivíduo den

tro do grupo.

Considerando que é o Homem que faz a História e dela participa, mesmo para uma análise global de certo fato histórico, a entrevista necessita de toda a vida progressa do entrevistado, pois só assim poderá ser explicada a sua participação e a posição que ele tomou no acontecimento, bem como as consequências de tal fato exercidas sobre o entrevistado, necessitando, portanto, do relato da vida posterior ao acontecimento, onde geralmente se refletem os acontecimentos passados.

Quanto aos tipos psicológicos relacionados por Bougers, nas entrevistas sociais, a História Oral necessita deles todos e cabe ao entrevistador fazer aparecer em cada entrevistado aspectos de tais facetas: o cronista para ordenar cronologicamente os acontecimentos, o auto-confessor para justificar seus atos perante o futuro, o confessor para revelar os fatos ignorados e o auto-analista para analisar os seus atos e os atos de seus contemporâneos.

A entrevista de História Oral não pode ser anotada, transcrita ou estenografada diretamente como substituição à gravação, mas sim após ela, pois o documento primário em História Oral é a gravação que proporciona o registro direto das emoções do entrevistado durante o trabalho.

Finalmente, tal relato exige a presença do historiador e não um simples "entrevistador profissional", pois só o primeiro, com conhecimentos profundos e prévios dos fatos e com perspectiva profissional

para o futuro, tem noção da importância dos assuntos tratados.

2.1. O preparo

A realização da entrevista de História Oral compreende duas etapas: o preparo e a execução, ambas interrelacionadas e dependentes. A primeira, o preparo, ou planejamento, é a base sobre a qual se desenvolverá com perfeição a segunda etapa. Muitas entrevistas tem se desenvolvido mal em virtude de uma preparação não adequada. Neste capítulo desenvolveremos considerações acerca do Projeto a ser executado, discutiremos problemas relativos à seleção de entrevistados, bem como atitudes comumente adotadas por eles. Finalmente, analisaremos o material necessário à execução da entrevista, detendo-nos, principalmente, no aparelho de gravação que é o instrumento básico do historiador oral.

2.1.1. A preparação do Projeto de História Oral

A entrevista de História Oral constitui-se, portanto, essencialmente na técnica de se extrair de alguém alguma informação de caráter histórico. Conseqüentemente, o entrevistador deve ter conhecimento, e profundo, do assunto sobre o qual vai extrair. Este é, realmente, o primeiro item a se exigir do bom entrevistador: conhecimento prévio do assunto para poder selecionar as perguntas e poder situar o entrevistado no contexto da matéria. Deve, pois, fazer um levantamento o mais comple-

to possível da bibliografia existentes dos jornais e dos documentos, não para conhecer mais do que o entrevistado, mas para ter uma visão global diferente da dele. Geralmente o personagem participante dos fatos tem uma visão unilateral dos acontecimentos. Cabe ao historiador-entrevistador mostrar facetas possivelmente desconhecidas ao entrevistado para saber a sua opinião, bem como conhecer novos pontos de vista até então não descobertos pelos documentos. O entrevistador que se propõe gravar as memórias de alguém e não conhece o assunto que vai tratar está fadado inevitavelmente ao fracasso.

Podemos distinguir dois tipos de entrevistas em relação ao assunto: aquela que visa exclusivamente o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa particular e cuja intenção é a publicação próxima dos resultados, e aquela que faz parte de um Programa institucional cujo objetivo é a formação de um acervo sobre determinado assunto, sem se preocupar com a utilização imediata. Este segundo tipo é o mais frequente e preenche mais os objetivos teóricos e técnicos da História Oral. Exige, portanto, um organismo dedicado exclusivamente ao desenvolvimento da História Oral, que pode estar numa Universidade, numa Sociedade Histórica, num Centro Cultural, enfim, deve se situar junto a uma organização maior e preencher os objetivos específicos da entidade, naturalmente quando voltada à pesquisa. O mais frequente é a instalação dos chamados Laboratórios de História Oral, entidades que possuem pessoal e material especializado para a execução de todas as fases das entrevistas, desde a preparação, realização, transcrição, até o arquivamento do material e

condições para consulta.

Normalmente os Laboratórios possuem vários programas diferentes em andamento, mas não é raro encontrar-se um só Programa, principalmente quando a entidade maior dedica-se à especialidade. É o caso do Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) do Rio de Janeiro, que desenvolve entrevistas exclusivamente relativas ao período de Vargas no Brasil, e da Chinese Culture Foundation de San Francisco, California, que se preocupa com a história dos chineses nos Estados Unidos.

Outras organizações, como o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolvem programas paralelos, como o da colonização estrangeira no Estado e o da política regional nos municípios catarinenses.

A Columbia University, de Nova York, guarda entrevistas as mais variadas, abrangendo desde aspectos do trabalho, literatura, leis, medicina, até jornalismo, artes plásticas, ciências, todo e qualquer assunto, enfim, que represente o pensamento do século XX. De qualquer maneira, é necessário serem traçadas linhas de pesquisa, pois uma coleção de entrevistas variadas de pouco ou nada serve.

Um programa de História Oral permite o registro de memórias de personagens de lados diferentes de um mesmo assunto, enquanto que uma só entrevista oferece visão unilateral do fato. Ele fornece, pois, a oportunidade de coletar documentos de depoentes que representam pontos de vista diferentes e opostos a um mesmo fa

to, permitindo ao pesquisador do futuro uma análise multi lateral dos acontecimentos.

O Laboratório de História Oral da UFSC iniciou seu acervo sem um programa específico, caracterizando-se pela indiscriminação dos assuntos. Quase uma centena das primeiras entrevistas não seguiram um planejamento programático inicial. Após a visão da completa confusão de assuntos que dava ao Projeto um aspecto de colcha de retalhos, concluímos que havia necessidade da organização dos assuntos como os que foram assinalados acima.

A organização dos programas fundamenta-se na elaboração de Projetos Especiais que tenham condições de prever tanto o material quanto a parte financeira, com uma elasticidade bastante ampla, pois na época da elaboração de tal Projeto, é impossível a previsão ou mesmo limitação do número de entrevistados possíveis. Cada entrevista abre campo a uma série de outras, pois cada entrevistado fornece nomes de pessoas com as quais se pode contactar posteriormente.

Outro aspecto que deve ser levado em conta na preparação do Programa é o da temporalidade e do espaço geográfico, isto é, se as entrevistas são feitas com pessoas vivas, o assunto deverá obrigatoriamente versar sobre História Contemporânea. Por outro lado, aproximando-se as entrevistas de História Oral com as "histórias de vida" usadas sociologicamente, a visão pessoal dos fatos de cada entrevistado limita-se a um horizonte bastante próximo, exigindo uma delimitação geográfica dos

acontecimentos estudados. A História Oral funciona principalmente quando são tratados assuntos regionais e contemporâneos.

A História Oral não visa obrigatoriamente a análise da entrevista de imediato, mas sim num possível e indeterminado futuro. Seu objetivo, quanto a isto, é preservar as memórias de pessoas - geralmente de idade avançada - antes que elas desapareçam e percamos em definitivo tal relato.

Do ponto de vista material, todo Projeto deve prever despesas com equipamento - gravadores, fitas, pilhas - viagens e diárias, publicações e comunicações. A estrutura funcional compõe-se de coordenador, entrevistadores, transcritores e pessoal de descritório e arquivo. Seria ideal que o entrevistador fosse o próprio transcritor, como veremos mais adiante, entretanto, considerando o tempo necessário gasto numa transcrição em todas as suas fases, que corresponde normalmente a 15 horas de trabalho para cada hora gravada, é quase impossível ocupar-se o entrevistador da transcrição de sua entrevista. Cabe a ele, no máximo, os entendimentos com o entrevistado no sentido da correção do texto, acréscimo de informações, etc, e da própria limpeza do texto.

A preparação bem planejada de um Programa de História Oral pesa consideravelmente na boa execução do mesmo.

2.1.2. A seleção dos entrevistados

Após a escolha do tema ou assunto do Programa a ser desenvolvido, cabe à Coordenação, com a ajuda dos membros participantes do Projeto e após pesquisa acadêmica sobre o assunto, selecionar os entrevistados. Este aspecto da seleção tem importância pois não são poucas as entrevistas com pessoas erradas. Ao pretender desenvolver trabalho sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, principalmente do soldado brasileiro em campo de batalha, determinado entrevistador procurou um membro da Associação dos Ex-Combatentes que se prontificou a ceder a entrevista. Por desconhecer com mais profundidade o entrevistado, o entrevistador descobriu, após quase uma hora de relato do mesmo, que ele nunca estivera na frente de batalha na Itália. Era ex-combatente, mas não saíra do Brasil durante a Guerra, integrando um contingente patrulheiro na ~~costa~~ catarinense. Não tinha, pois, nenhuma experiência militar no que diz respeito à participação do Brasil na Europa. É o tipo de pessoa que caracterizamos como "homem errado" para o assunto.

O conhecimento prévio das pessoas que tenham tido realmente participação no fato estudado é, pois, importante. Aconselha-se que se faça uma lista dos prováveis entrevistados e, dependendo do aspecto que se queira analisar, selecionar inicialmente no máximo dez elementos que tenhamos certeza poderão fornecer informações importantes. Os demais aparecerão naturalmente através da indicação daqueles primeiros.

Neste aspecto, a entrevista de

História Oral difere profundamente da entrevista sociológica, a qual pouco interessa a qualidade do entrevistado dentro de um grupo homogêneo. A História Oral preocupa-se realmente com a seleção dos entrevistados para evitar falso depoimento e, conseqüentemente, perda de tempo.

A variedade de pessoas que se deve entrevistar sobre um mesmo assunto é importante por que proporciona, como afirmamos acima, opiniões diferentes. Se o Programa dedica-se à política, por exemplo, não se deve entrevistar somente os líderes, mas também gente do povo, administradores, funcionários e a própria oposição. Para um estudo biográfico, o Programa deve prever, além dos familiares da pessoa enfocada, seus vizinhos, inimigos, companheiros de clube, entre outros. A respeito da colonização estrangeira, por outro lado, colonos, suas mulheres (que apresentam sempre aspectos inéditos nas entrevistas), o pároco local, o médico, o comerciante, são sempre informantes de interesse. Num trabalho sobre economia que envolva determinada indústria ou ramo comercial não se deve esquecer de, além dos diretores, os funcionários e o operariado, fornecedores e compradores.

Finalmente, podemos dizer que a escolha de um grupo de pessoas deve atender sempre um corte horizontal de gente do mesmo nível social mas em posições diferentes, e um corte vertical, que corresponde a níveis diferentes dentro de uma mesma função.

2.1.3. Qualidades do entrevistador

O êxito da entrevista de História Oral depende, como vimos, principalmente do entrevistador. De nada adianta um entrevistado com grande bagagem vivencial acerca de determinado assunto, se o entrevistador não tiver condições de explorar este manancial de informações. Entretanto, o perfeito desenvolvimento de cada entrevista é relativo, pois, apesar diste depender, em princípio, do entrevistador, o relacionamento que se desenvolverá entre os dois condicionará, por sua vez, uma boa ou má entrevista.

William Goode e Paul Hatt salientam que para se obter êxito numa entrevista é necessário o desenvolvimento psicológico de dois elementos: o insight ou intuição, e o rapport ou calor, camaradagem existente entre entrevistador e entrevistado durante a entrevista. (4). O primeiro como característica dos "indícios subliminares" manifestados pelo entrevistado; o segundo como forma de aceitação, por parte do informante, dos objetivos da pesquisa e a tentativa consciente de auxílio de obtenção das informações necessárias aos objetivos da entrevista.

Willa K. Baum, analisando as qualidades do entrevistador de História Oral, diz que "o entrevistador deve ser alguém que tenha condições de se sentar calmamente e escutar; que esteja disposto a dei-

4. William J. GOODE & Paul K. HATT. Métodos em pesquisa Social. p. 241

xar o narrador expressar uma opinião contra a sua sem sentir vontade de contradizê-lo ou tentar modificar seu pensamento; que não tenha receio de interromper em determinado momento com uma pergunta ou comentário; que seja suficientemente objetivo para terminar a entrevista na hora marcada e a guiá-la dentro dos limites das linhas do projeto planejado; que esteja sempre alerta e seja bastante perspicaz para reconhecer quando o narrador aborda um assunto não planejado, mas importante, e que seja capaz de acompanhar este novo assunto com interesse e perguntas"(5).

Dois tipos de personalidades não são indicados para exercerem a tarefa de entrevistadores, mesmo que sejam perfeitos pesquisadores e historiadores: o falador contumaz, que ocupará a maioria do tempo com perguntas compridas ou extensos comentários, e o dominador compulsório, que haverá de querer, consciente ou inconscientemente, guiar o narrador de maneira que as respostas sejam dadas da forma como ele deseja e haverá, conseqüentemente, de deformar a validade da informação histórica. O conhecimento intelectual do entrevistador não é suficiente para o bom desenvolvimento da entrevista. É necessário também o conhecimento emocional. Tal capacidade, entretanto, não se adquire através de leitura mas somente pela constante aplicação da prática dos conhecimentos teóricos. Enfim, só se aprende a entrevistar, entrevistando.

2.1.4. O questionário e o roteiro de entrevista

Outro aspecto que deve ser analisado antes que passemos para o material necessário para a realização da entrevista, é o questionário e o roteiro de entrevista. A utilização do questionário previamente elaborado para as entrevistas de História Oral é completamente contra-indicada pois tal técnica limita o entrevistador e o entrevistado, inutilizando o aspecto informal que caracteriza o relacionamento entre ambos. Entretanto, alguns entrevistados o solicitam previamente a fim de poderem se situar em relação aos objetivos da entrevista e, principalmente, para que possam preparar-se para tal. O que fatalmente vai acontecer é que o entrevistado realmente irá se preparar, isto é, muitas vezes vai ler o que os outros escreveram sobre o assunto e, conseqüentemente, vai adquirir outros conhecimentos além dos daquele que teve com sua vivência e participação no caso. O que interessa à História Oral é a experiência individual, única e inédita, de cada entrevistado. O valioso para a História Oral é poder se conseguir elementos novos sobre cada caso, elementos que ainda não foram registrados e, portanto, publicados. O livro é fonte secundária e a ele o pesquisador tem acesso da mesma maneira que o entrevistado. De nada vale, por exemplo, entrevista com um grande historiador sobre qualquer ponto da História que ele não tenha participado, mesmo que já o tenha explorado historiograficamente. Se o objetivo da entrevista for fatos sobre sua vida, suas experiências na procura de documentos, muito bem, mas se for sobre o que ele escreveu baseado em outros documentos primários ou não, de

da nos adianta, pois o que foi escrito e divulgado é do domínio do público. O entrevistador de História Oral deverá sempre que possível objetivar este aspecto do ineditismo da informação extraída e esquivar-se do fornecimento de um questionário ao entrevistado.

Naturalmente que o entrevistado deverá saber sobre o que vai ser tratado e qual o objetivo da entrevista. Para tanto, no primeiro contato de convite à uma entrevista, ele poderá receber no máximo um roteiro sobre o assunto, bem como uma explanação dos objetivos da entrevista.

Se não cabe entregar ao entrevistado um questionário sobre os pontos da entrevista, caberá menos ainda ao entrevistador usá-lo durante as sessões. Se o questionário prejudica a espontaneidade do trabalho, nas mãos de um, prejudicará, da mesma maneira, nas mãos do outro. Nada impede, porém, que o entrevistador tenha em sua posse, ou prepare antecipadamente, um roteiro de entrevista para, durante o desenvolvimento do trabalho, não permitir que os assuntos desloque-se muito das linhas previstas. Não se admite, isto sim, que a cada pergunta, o entrevistador recorra furtivamente ou ostensivamente ao papel-roteiro ou questionário.

As entrevistas de caráter puramente sociológico ou psico-sociológico exigem um questionário prévio pois o objeto da pesquisa é mais quantitativo do que qualitativo e as respostas de todos os entrevistados deverão se enquadrar no mesmo tipo de resposta previamente planejada. Mas, em História Oral, não.

2.1.5. Material necessário para a entrevista

Parece um pouco ingênuo querer insistir neste ponto que diz respeito ao material necessário para a execução da entrevista. Entretanto, muitos trabalhos tem se perdido pelo esquecimento por parte do entrevistador de alguns dos itens que falaremos a seguir ou mesmo, o que é frequente, a falta de técnica de utilização com gravadores e fitas magnéticas.

Como material necessário que deve ser do conhecimento do entrevistador, relacionamos o seguinte:

- a. Documento de identificação
- b. Gravador
- c. Fitas magnéticas
- d. Conexões e fios de extensão
- e. Pilhas
- f. Caderneta de notas
- g. Modelo do Acordo de Doação
- h. Lapis ou caneta
- i. Máquina fotográfica

O documento de identificação é necessário para qualquer primeiro contato entre o entrevistador e o futuro entrevistado, principalmente na fase de marcação de entrevista. Tal documento, expedido pela entidade promotora do Programa ao qual a entrevista se insere, dará um caráter acadêmico ao trabalho, distinguindo-o da entrevista e dos propósitos jornalísticos. Vemos a necessidade de tal documento principalmente quando o entrevistador é pessoa de grandes afazeres e pouco tempo para

atender entrevistas. Quando se é anunciado como simplesmente um entrevistador é possível ser confundido por alguns jornalistas ávidos por noticiário sensacionalista e, conseqüentemente, recebe-se resposta negativa à realização da entrevista. Muitas delas tem sido salvas pela apresentação de tal documento, o que demonstra a sua importância.

Muitos alunos de História Oral tem tido contato com aparelhos de gravar pela primeira vez, somente na primeira entrevista. Em conseqüência, algumas entrevistas têm sido prejudicadas justamente pela deficiência de parte do entrevistador pelo desconhecimento do uso do gravador. Certa feita, um aluno observou somente depois de 30 minutos de sessão que seu aparelho na da tinha gravado até aquele momento por deficiência sua ou falha do aparelho. Deficiência por que nunca o tinha ligado e realmente não o sabia; falha do gravador porque não o tinha testado antes para tentar resolver ou mandar consertar qualquer defeito. É necessário que o entrevistador tenha completo conhecimento do funcionamento do aparelho gravador: suas deficiências, suas qualidades. Falamos de gravador portátil, simples de serem transportados, sem acoplamento de rádio ou grandes aparelhos difíceis de serem deslocados. E, com estas características, dois tipos podem ser encontrados: o aparelho com microfone embutido e o de microfone externo. Ultimamente tem sido mais fabricados os do primeiro tipo que é mais prático pois não exige a ligação do microfone, mas oferece certas deficiências, principalmente os fabricados ou montados no Brasil. A principal delas é a possibilidade do mi

crofone embutido captar o pequeno e despercebido ruído da fita em movimento. Após a entrevista, ao se escutar o depoimento gravado, observa-se um verdadeiro chiado no fundo da gravação que, muitas vezes, prejudica o entendimento do diálogo, principalmente quando alguém fala normalmente em tom muito baixo. O aparelho de microfone externo não possui esta deficiência mas apresenta outras, como a possibilidade de esquecimento da ligação do microfone - que é independente - em "ON", a dificuldade de apoio de alguns microfones redondos que geralmente ficam dançando na mesa e exige que o entrevistado e o entrevistador fiquem segurando-o seguidamente, etc. Ao ligar o aparelho deve-se deixar o microfone apoiado em algum lugar de igual distância entre os interlocutores e aí deixá-lo até o fim da entrevista, sem segurá-lo ou aproximá-lo da boca das pessoas. Geralmente os aparelhos gravadores têm sensibilidade suficiente para captar conversas de até 2 ou 3 metros de distância. Dentre os aparelhos existentes no comércio e de fabricação ou montagem no Brasil, existem vários modelos de recente lançamento sendo, em princípio, todos bons, dependendo da maior ou menor prática em usá-los.

Além do aparelho gravador, outro instrumento com o qual o entrevistador tem contato constante e dele deve conhecer suas qualidades, é a fita magnética. O tipo de fita usado nos aparelhos acima analisados é o K 7 ou "cassete", pequenos cartuchos ou estojos que contem, devidamente enrolada em bobina, a fita propriamente dita. As fitas virgens são assim chamadas por que ainda não foram gravadas e são vendidas sob várias marcas e tipos. Em geral elas aparecem com uma etiqueta colada

em cada face na qual o entrevistador deve anotar o número da fita usada na sessão e o número ou letra do lado respectivo, assim como 1A, 1B, 2A, 2B, que corresponde à primeira ou segunda fita da entrevista, junto com a ordem de gravação de cada lado. É aconselhável que se faça tal procedimento logo após a fita "saltar" do aparelho, o que indica que aquele lado foi completamente gravado, pois senão terá dificuldades em identificar posteriormente. Além desta identificação, deverão constar os nomes do entrevistado, entrevistador, data e local da realização da sessão. A duração da fita "cassete" ainda é incerta, pois são de recente fabricação, mas alguns fabricantes garantem uma audição perfeita num período de até 50 anos, o que ainda não foi possível comprovar, por motivos óbvios. Mas, existem fitas boas e más, que duram mais ou menos tempo. Quanto ao tempo de gravação, existem quatro tipos: C 40, C 60, C 90 e C 120, correspondendo à soma de minutos nos dois lados, 40, 60, 90 e 120 minutos. As gravações de História Oral são aconselháveis serem realizadas nas fitas de 60 minutos, pois, as demais, algumas possuem maior extensão de fita enrolada que frequentemente afrouxa e arreventa dentro do gravador; a outra é de pouco tempo de gravação e consequentemente inútil para tal serviço. Alguns estojes são fechados por parafusos, o que facilita a retirada da fita para rebobinamento ou colagem, enquanto que outros o são por arrebites que impedem tal procedimento. Por outro lado, toda fita possui dois pequenos cortes ou cavidades na parte posterior, fechados por dentes que só poderão ser retirados quando se quiser impedir a regravação da fita, isto é, impedir a sua danificação.

As fitas existente no comércio, de fabricação nacional ou não, são inúmeras, de preços também variados, conforme a marca.

Todo aparelho de gravação funciona com pilhas ou ligação elétrica. É aconselhável que durante as sessões de entrevista se utilize esta forma de energia elétrica, pois a gravação será uniforme no sentido de rotação da fita e, conseqüentemente, de som. Entretanto, pode o próprio fio do gravador não alcançar a tomada existente na sala. Devemos nos lembrar de que quem escolhe o local da entrevista é o entrevistado, que tem seu lugar certo de repouso, sua sala, sua cadeira, que não deve ser mudada ou removida a pedido do entrevistador, salvo se o entrevistado sugerir. Caso este local esteja longe da ligação própria na parede e o fio do gravador não o alcançar, é necessário usar fio de extensão, bem como conexões, pois o local pode estar ocupado por outra ligação. É importante que não se deixe prejudicar uma entrevista por motivos técnicos. Portanto, o entrevistador deve levar consigo, sempre, tais elementos.

Entretanto, o local destinado a entrevista pode não possuir qualquer tomada para instalação elétrica, necessitando-se, então, da utilização de pilhas. O aparelho gravador deve estar sempre carregado de pilhas novas antes de cada sessão. Mas, é pouco provável que elas continuem com a mesma potência após 4 horas de gravação, prejudicando, assim, a rotação da fita e, conseqüentemente, a gravação, a ponto de não poder ser entendida, mais tarde. Aconselha-se, em tais ocasiões, que além do jogo de pilhas novas constante no gravador, o entrevis-

tador leve outro jogo completo de reserva, pois não se sabe quando vai acabar a entrevista. Muitas vezes preparamos uma sessão para 1 ou 2 horas, mas o entrevistado empolga-se e não se cansa de falar, necessitando várias horas a mais. Tivemos entrevista que durou mais de 6 horas - naturalmente que interrompidas por refeições e descanso, em lugar impossível de se conseguir pilhas novas. Numa fazenda ou chácara, por exemplo, alguns quilômetros distante da cidade. Numa outra entrevista, realizada à noite, esquecemos de mudar as pilhas que já haviam funcionado durante boa parte da manhã e tarde, e a gravação ficaria quase que totalmente danificada pela rotação reduzida da fita, se não tivéssomos ligado o fio. Fios de extensão e pilhas são elementos importantes que, precisando-se ou não, devem acompanhar sempre o entrevistador para qualquer eventualidade.

O entrevistador deve estar sempre munido de uma caderneta de notas para, durante as entrevistas, anotar nomes, pensamentos ou idéias que apareçam. No primeiro caso, é frequente o aparecimento de nomes estrangeiros de pessoas e lugares pronunciados pelo entrevistado que deverão ser anotados, pois pelo registro da gravação não será possível compô-los corretamente. Após a entrevista, o entrevistador poderá solicitar ao entrevistado a grafia correta de tais nomes para constar devidamente da transcrição futura do trabalho. Outras vezes, quando a explanação do entrevistado é longa e não se quer interrompê-la com perguntas ou idéias, deve-se anotá-las durante este momento para não se esquecer mais tarde e para que possam ser respondidas. Assim, não é necessário interrom-

per o memorialista, caracterizando-se a atenção e a curiosidade, além de consolidar o assunto tratado no momento.

Outro item que incluímos como material necessário para a realização da entrevista é o modelo de Acórdo de Doação. Apesar de pretender nos estender neste assunto em capítulo posterior que diz respeito ao arquivamento, direitos autorais e respectiva legislação, o Acordo de Doação é um documento pelo qual o entrevistado doa a entrevista - gravação e transcrição devidamente assinada - para a Instituição ou ao próprio entrevistador para que dela - entrevista -, faça-se uso determinado com fins de pesquisa científica. Existem três modelos que deverão ser mostrados antecipadamente ao entrevistado a fim de que ele tenha plena consciência dos direitos que lhe cabem como autor da entrevista e, portanto, como doador. É necessário que o entrevistado tenha conhecimento prévio da legislação dos Direitos Autorais pois tal lhe dá ou não garantias necessárias e a liberdade exigida de dizer o que sente ou o que quer durante a entrevista.

Sendo a entrevista um documento histórico individual, a transcrição pode e deve, sempre que possível, conter cópias ou originais de documentos pessoais do entrevistado, além da fotografia do mesmo. A fotografia é importante pois não só mostra ao pesquisador a imagem física da pessoa entrevistada como a apresenta no momento da entrevista, o que dará maior validade ao documento, no caso. É, pois, aconselhável, que a foto seja recente ou mesmo do momento da própria entrevista. Caso o entrevistado não possuir foto sua tirada recentemente, cabe ao entrevistador fazê-la. Tal procedimento é exigido por alguns pro-

gramas mas não é absolutamente necessário. De qualquer maneira, fica a lembrança de mais este material necessário ao registro de uma boa entrevista.

CAPÍTULO III

A TÉCNICA DA ENTREVISTA

1. INTRODUÇÃO

No capítulo anterior relativo à entrevista, analisamos a teoria e praticamente a preparação do contato pessoal entre o entrevistador e o entrevistado. Procuraremos agora discutir o procedimento e o desenvolvimento da técnica em si, isto é, o transcurso da extração de informações históricas por parte do entrevistador, bem como o procedimento do entrevistado em alguns casos.

No primeiro contato entre os dois, aquela que corresponde ao conhecimento inicial, a marcação da entrevista e a explanação ao entrevistado dos objetivos que levaram o entrevistador, ou a Instituição, a escolher determinada pessoa a fazer parte, cronologicamente, da fase da preparação, temos que reconhecer que desde o momento que houve tal contato, praticamente já passou a existir a entrevista, mesmo que não gravada. Por este motivo, intencionalmente, deixamos sua análise para o presente capítulo relativo à técnica. Determinados princípios que deverão re

ger entrevistadores e entrevistados, a análise do conteúdo da entrevista observada de um ponto de vista biográfico ou auto-biográfico, bem como considerações entre o desenvolvimento e os resultados das entrevistas coletivas e individuais, são temas que tentaremos expor neste capítulo.

2. O PRIMEIRO CONTATO E A MARCAÇÃO DA ENTREVISTA

Após a escolha criteriosa dos entrevistados, cabe ao entrevistador ou grupo de entrevistadores procurarem entrar em campo para a realização mais importante do trabalho que é a entrevista em si. Para tanto, é necessário um primeiro contato com o futuro entrevistado a fim de explicar-lhe os objetivos do Projeto e marcar a entrevista. É importante que o entrevistado esteja perfeitamente consciente da importância do Projeto a ser desenvolvido pela Instituição e, dentro dele, ter também consciência da posição que passará a ocupar.

Para que o contato seja oficializado, algumas instituições o fazem por escrito, em documento que rapidamente expõe os objetivos da entrevista, apresenta o entrevistador e solicita marcação de data e local para a realização da sessão. Este procedimento de maneira alguma é condenável pois dá à entrevista um caráter inicial mais formal, tão necessário em alguns casos e para algumas pessoas, mas que não significa um necessário contínuo da formalidade até o fim dos trabalhos. Entretanto, o convite, por escrito, pode ser substituído perfeitamente pelo contato pessoal entre o entrevistador e o futuro entrevistado.

Em relação à reação inicial do entrevistado à sugestão ou convite de entrevista, temos notado vários procedimentos diferentes, alguns no sentido de rejeição total, outros no de estranheza, ou de perfeita aceitação, além de inúmeras situações variáveis que deverão ser contornadas pelo entrevistador. Alguns futuros entrevistados prontamente entendem a posição que ocuparam no fato ou no assunto a ser desenvolvido e, portanto, imediatamente se colocam às ordens para conceder a entrevista. Tal procedimento muitas vezes torna-se perigoso pois é característico de pessoas afáveis, simpáticas e que gostam de falar sobre aquele assunto e o iniciam de pronto, pegando o entrevistador despreparado, sem gravador para registrar suas opiniões iniciais. Já nos aconteceu situação semelhante, quando fomos somente convidar o entrevistado e ficamos conversando sobre o assunto por mais de duas horas. Isto torna-se posteriormente desagradável ao entrevistador pois terá que voltar aos mesmos temas e fazer as mesmas perguntas e escutar as mesmas respostas quando no momento da entrevista gravada, pois aquelas informações fornecidas não foram registradas. O entrevistador deve se lembrar, em casos semelhantes, que o importante não é o que ele possa saber, mas o que fica e deve ser gravado para que outros pesquisadores também o saibam.

Outro tipo característico de entrevistado é aquele que, inicialmente, se nega a falar sobre o assunto. Dois motivos o levam a esta reação: desgosto com pessoas ou em relação à época, ou receio da divulgação do assunto. Cabe ao entrevistador, no primeiro caso identificado, fazer ver à pessoa que se ele tem algum r

ressentimento com outras pessoas vivas ou mortas que participaram do fato, tal ressentimento deve ser registrado para que numa análise futura sejam observados tais aspectos a fim de se obter uma perspectiva mais autêntica do assunto. O estudo dos fatos não deve ser somente em seus aspectos positivos, muito menos descritivo, mas uma perfeita pesquisa está na obtenção de elementos conflitantes que proporcionem análise e reflexão. Fazer o entrevistado entender este aspecto da entrevista é importante pois ele acabará cedendo à tentação de deixar registrado um desabafo que há muito tempo lhe estava sufocando. O segundo tipo de reação, a do receio, pode perfeitamente ser contornada quando o entrevistador mostra ao futuro entrevistado seus direitos de ceder a entrevista com cláusulas específicas de proibição parcial ou total, por durante o tempo que ele determinar. Fazer ver ao entrevistado que suas memórias não serão usadas de imediato, mas, sim, num futuro que poderá ser determinado por ele, ficando, portanto, para a posteridade suas ideias, vivências e experiências, registradas independentemente de sua vivência humana. É um caminho que facilitará a aceitação da nossa entrevista. Este aspecto da proibição da utilização da entrevista será analisado mais detidamente mais tarde.

Outro tipo de reação é o de estranheza por parte do entrevistado em ser escolhido para tal tarefa. Geralmente alegam que pouco se lembram do assunto ou tiveram pequena participação no caso e nenhuma importância teriam suas memórias a ponto de servirem para pesquisa, além de outras justificativas. Neste caso, cabe ao entrevistador-historiador mostrar ao entrevistado a sua

importância qualquer que fosse sua participação no caso; cabe mostrar o valor de suas memórias mesmo que ele pouco se recorde, e cabe também ao entrevistador dizer-lhe que poderá ajudá-lo a se lembrar dos fatos.

Várias outras atitudes de futuros entrevistados são frequentemente encontradas nos primeiros contatos, como a justificativa de falta de tempo e outras, todas elas, porém, perfeitamente contornáveis por entrevistadores astutos e inteligentes. No caso de uma negativa definitiva, nada custa um retorno em outra ocasião, citando nomes de outros entrevistados e tentando novamente.

Existem porém, casos especiais de perda total do entrevistado, apesar de sua boa vontade e da do entrevistador. Certa feita propusemo-nos a entrevistar determinada pessoa importante na política catarinense, na época da Revolução de 30. Para tanto, deslocamo-nos até o Rio de Janeiro, onde o futuro entrevistado morava e nosso contato inicial foi perfeito, marcando hora e dia da semana seguinte para a entrevista. A pessoa estava em perfeita saúde e ficamos conversando por durante algumas horas, sem nos preocupar em gravar pois isto seria feito posteriormente. Na data marcada, lá nos encontramos, mas, por ordem médica, ele não poderia conceder a entrevista, pois tivera problemas cardíacos. Voltamos ao Rio de Janeiro por mais quatro vezes, em épocas posteriores, sem que a entrevista fosse possível, vindo o futuro entrevistado a falecer mais tarde e não deixando suas memórias.

3. CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

A marcação da data e do local da entrevista depende exclusivamente do entrevistado. O local sempre deve ser de sua preferência, principalmente em sua residência ou escritório, lugares de sua familiaridade para ele se sentir perfeitamente à vontade.

A escolha do local obedece a condições de silêncio, sem possibilidades de interferência externa ou interna. Determinados gravadores captam perfeitamente sons que durante a concentração da entrevista não se percebe, como o tic-tac de um relógio de parede, o cantar de um galo, o ruído dos automóveis transitando na rua, dos aviões, bem como conversas de outras pessoas em salas contíguas. Depois da entrevista, quando a escutamos, para transcrevê-la, constatamos perfeitamente estes sons que, muitas vezes, não poderiam ser evitados mas que atrapalham a perfeita audição da conversa. Entrevistas realizadas em escritórios são geralmente interrompidas com o constante tocar do telefone ou a entrada de funcionários na sala. A previsão de tais incômodos, durante a realização das sessões, é necessária para a escolha do local.

É aconselhável que as entrevistas sejam realizadas à noite, pois é um período mais calmo mas, em determinadas situações em que o entrevistado trabalha durante todo o dia, é justamente neste período que ele se encontra mais cansado e, portanto, irritado. Em casos como este, é preferível realizar a entrevista nas primeiras horas da manhã, antes do expediente, pois ambos, entrevistado e entrevistador, encontram-se mais calmos e des

cansados.

Devemos levar em conta que o entrevistado é, antes de tudo, um voluntário que foi procurado, por nós, para ceder suas memórias. Portanto, cabe a ele dar as regras do jogo e ao entrevistador segui-las. É necessário, então, chegar à hora certa ao local marcado para não decepcioná-lo da importância do Projeto, bem como fazer com que ele confie, desde então, na lisura e no aspecto científico do entrevistador. Entretanto, isto não nos fará aceitar facilmente uma sessão de entrevista gravada num banco de praça pública ou numa fila de espera.

Finalmente, outro aspecto que deve ser considerado a respeito do presente assunto, é quanto à necessidade de se criar uma situação discreta para a realização da entrevista, isto é, efetuar-la sempre que possível em condições que estejam somente o entrevistador e o entrevistado, pois será mais fácil obter informações espontâneas e confidenciais quando o memorialista encontra-se só do que quando acompanhado por outras pessoas, mesmo familiares.

4. PRINCÍPIOS A SEREM ADOTADOS PELOS ENTREVISTADORES

A Oral History Association, dos Estados Unidos, em documento aprovado em 25 de novembro de 1968 e divulgado sob o título "Goals and Guidelines", assinala três pontos importantes que devem reger o entrevistador de História Oral, que são:

1. Deverá ser meta do entrevistador colher informações que serão úteis aos estudiosos no presente e no futuro. Aquela que colhe História Oral para as suas próprias pesquisas deve sempre manter-se ciente desta meta mais ampla.
2. Para obter fite de máximo valor como documento histórico, é necessário que o entrevistador esteja bem fundamentado na formação e experiências do entrevistado e, onde for possível, e de valor reconhecível, devg rá o entrevistador passar em revista os ar quivos e correspondências do entrevistado antes de fazer a entrevista. Durante a entrevista, deve-se fazer um esforço para dar ao entrevistado as informações necessárias, para aprimorar-lha a memória.
3. É importante que a entrevista seja conduzi da com espírito de objetividade e integridade apropriadas, e de acordo com as condi ções anteriormente estipuladas. (1)

O primeiro ítem diz respeito ao fato de que o entrevistador não deve satisfazer-se com informações paralelas à entrevista gravada, bem como com preconceitos atuais acerca de determinados pontos , além de conhecimentos seus, particulares e pessoais, que não estejam devidamente registrados. Em outras palavras, o entrevistador de História Oral nunca deve desenvolver

1. Citado por Willa K. BAUM. op. cit. p.46

uma entrevista objetivando resultados que venham exclusivamente ao encontro de seu proveito próprio, pois as informações devem ser úteis a todos os pesquisadores em qualquer tempo, naturalmente que limitadas às condições regulamentadas pelo entrevistado. Mesmo que determinadas entrevistas ou um conjunto delas sirvam de imediato para um trabalho pessoal, depois da publicação deste, elas devem ser colocadas em lugar de acesso a outros pesquisadores. É sempre bom lembrar-se que algumas coisas que para nós não são importantes do ponto de vista histórico e segundo as nossas conveniências, poderão ser para outros historiadores.

O item nº 2 refere-se à necessidade do conhecimento prévio do entrevistador a respeito do entrevistado, assunto que já nos referimos antes. Outro ponto importante é a necessidade do entrevistador em fornecer elementos necessários para fazer o entrevistado lembrar-se do assunto proposto. Para isto, é imprescindível, naturalmente, um conhecimento do assunto por parte do entrevistador. A menção de nomes, datas, situações especiais que o entrevistador tenha tido conhecimento através de outras informações serão sempre interessantes em momentos que o entrevistado pouco se recorde.

O item nº 3 do documento da Oral History Association refere-se ao aspecto ético a ser desenvolvido pelo entrevistador durante e após a condução da entrevista. A este assunto nos referiremos, posteriormente, em capítulo próprio.

Gracy Nogueira, em seu trabalho "Pesquisa Social, introdução às suas técnicas", quando se refere à entrevista em seus aspectos de desenvolvimento,

cita alguns conselhos interessantes a serem analisados:

Ei-los:

1. Obter e manter a confiança do entrevistado.
2. Procurar situações favoráveis para a entrevista, evitando ocasiões inoportunas para o entrevistado, que o obriguem a interromper outras atividades de seu interesse, ou ocasiões que este esteja irritado, fatigado ou impaciente.
3. Pôr o entrevistado à vontade, preservando-lhe e facilitando-lhe a espontaneidade.
4. Dispor-se a ouvir mais do que a falar, pois o que interessa é o que o informante vai dizer.
5. Dar tempo bastante a que o entrevistado discorra satisfatoriamente sobre o assunto, pois se o tempo concedido for demasiadamente curto, poderá acontecer que as evocações mais interessantes ocorram depois, quando o entrevistador já estiver ausente.
6. Manter o controle da entrevista, sem se mostrar impertinente, mas reconduzindo sempre, com tato, o entrevistado ao objetivo da entrevista.
7. Não fazer perguntas diretas enquanto não julgar o entrevistado pronto para dar a informação desejada e disposto a fazê-la cuidadosamente.
8. Deixar o entrevistado falar e depois ajudá-lo, com perguntas a respeito de detalhes, a

- completar o que disse.
9. Apresentar primeiro as perguntas que tenham menos possibilidade de provocar ou produzir qualquer forma de negativismo.
 10. Fazer apenas uma pergunta de cada vez, a fim de não confundir o entrevistado.
 11. Evitar perguntas que impliquem ou sugiram a própria resposta.
 12. Dar ao entrevistado oportunidade para responder ou delimitar suas próprias declarações ou respostas.
 13. Conferir as respostas, sempre que possível, transformando, por exemplo, as percentagens dadas pelo entrevistado nos números a que correspondam para que ele próprio indique se era essa a proporção que tinha em mente.
 14. Manter-se alerta em relação aos erros constantes.
 15. Registrar os dados imediatamente ou na primeira oportunidade que se apresentar.
 16. Ao encerrar a entrevista, ficar alerta para informações adicionais que o entrevistado estava inclinado a oferecer mas não apresentou durante a entrevista quer por considerá-las de sem importância, quer por considerá-las demasiadamente triviais. (2)

Dentro do ponto de vista ético, em História Oral, um dos elementos mais importantes é

a confiança obtida e mantida entre entrevistador e entrevistado, pois se, por acaso, o segundo perceber qualquer deslize por parte do primeiro, tanto no sentido de divulgação de confidências, quanto no aspecto de forçar ou deturpar determinada interpretação, o desenvolvimento da entrevista será mantido num clima de desconfiança mútua e, conseqüentemente, estará perdida. Se algum entrevistado anterior nos tiver contado situações estritamente confidenciais acerca de um outro entrevistado, no momento que lhe passarmos esta confidência a fim de colocar o assunto em polêmica, perderemos a confiança do segundo, pois o que ele nos contar poderá também ser divulgado a outro, e assim por diante. A confiança mútua é, pois, o elemento básico para o desenvolvimento da entrevista.

O segundo ítem já foi analisado anteriormente. Ele chama a atenção ao fato de que o entrevistado não nos pediu para o ser; portanto, deve-se evitar situações de interferência em seu trabalho normal quanto à programação da entrevista, bem como se deve, igualmente, evitar momentos que o irrite ou o aborreçam com situações ou questões inoportunas. A insistência em tais situações, mesmo que tenhamos certeza que elas nos venham a favorecer em respostas significativas, pode destruir um trabalho de horas de gravação. É, pois, aconselhável aguardarmos o momento necessário e ideal para desenvolver ou prolongar uma entrevista, quando tocar em determinados assuntos durante a mesma.

A informalidade e a espontaneidade são elementos aliados e necessários à verdade e a confidências durante uma entrevista. Naturalmente que tais

elementos não são fáceis de serem colocados em prática, muitas vezes em virtude da diferença de nível social entre entrevistadores e entrevistados, diferenças de idade e principalmente a falta de familiaridade e maior conhecimento pessoal havido entre os dois. Portanto, é natural que muitas entrevistas tenham um início formal mas no seu transcurso este gelo vá se derretendo. Por outro lado, devemos observar que o excesso de tal atitude também é prejudicial quando se força determinada situação de intimidade com pessoas que não se conheciam até há poucas horas ou minutos atrás.

As características do entrevistador falador também é outro ponto que já nos referimos. Notemos que uma entrevista de História Oral não é um diálogo ou uma conversa social na qual ambos tem o que dizer e devem escutar. Uma entrevista é algo em que o entrevistador somente pergunta e quando muito faz uma ou outra observação ou dá opinião, sempre visando em contrapartida outra opinião do entrevistado; a entrevista é um relacionamento social em que o objetivo é saber a opinião e o relato de um só, que é o entrevistado. O equilíbrio entre o tamanho das perguntas e o das respostas é perfeitamente visível no documento de transcrição pois durante a entrevista não se tem perfeita noção de tal. Em muitas transcrições pode-se observar um mesmo tamanho entre as perguntas, o que é mal, pois significa que o entrevistador não deu oportunidade ao entrevistado de desenvolver determinado assunto, fazendo perguntas longas que, pelo conteúdo ou pela forma, exigem respostas curtas. As chamadas perguntas descritivas são características disto. São perguntas em

que o entrevistador faz longa explanação ou descrição de situações para, finalmente, receber como resposta um "sim" ou "não" do entrevistado.

Não se deve interromper as respostas, por mais longas que elas sejam e mesmo que se desviem do assunto. Cada resposta longa dá oportunidade a um número considerável de outras perguntas que devem ser feitas, posteriormente e sucessivamente, àquela resposta. O entrevistado deve ter a noção exata de que o entrevistador está ali para escutá-lo senão ele não se proporia a conceder a entrevista. Se lhe é perguntado sobre sua família, seus filhos, e ele responde longamente sobre as características e funções de cada um, bem como das prendas das noras ou das brincadeiras dos netos, deve-se deixar que ele fale até acabar a resposta. É preferível perder-se longos minutos de fita e se obter respostas adequadas ao nosso objetivo do que economizarmos tempo e material e não alcançarmos as metas da entrevista pelo fato de não se ter dado oportunidade ao entrevistado de responder como e o que queria.

Entretanto, por mais longa que seja a resposta e o assunto em pauta se tenha desviado, cabe ao entrevistador estar atento em qualquer momento para reconduzir o entrevistado às linhas propostas, pois, senão, a entrevista muda completamente de rumo por falta exclusiva do entrevistador e perde a sua finalidade.

O desenvolvimento das perguntas segue um ritmo crescente de conteúdo e de intensidade. Se objetivamos determinada resposta que, até certo ponto, possa ferir ou magoar o entrevistado, é preferível fazer outras antes, rodeando e enlaçando gradativamente o assunto

para finalmente conseguirmos o objetivo, do que fazê-lo fria e ~~de~~pentinamente com a possibilidade de não obtermos a resposta desejada. Este ritmo de conteúdo das perguntas inicia-se por aquelas que temos certeza poderão facilmente serem respondidas sem dúvidas. Para tal, devemos iniciar a entrevista com perguntas que exijam respostas simples, tais como o nome dos pais, irmãos, local e data de nascimento, lembranças da infância, trabalhos iniciais, etc. Perguntas que sugiram respostas mais descritivas, inicialmente, do que as que exijam grande raciocínio, especulações filosóficas ou grandes aventuras no mundo da memória. Estas, poderão ser feitas no seu devido tempo, após "des-travar-se a língua" do nosso entrevistado.

Mais de uma pergunta, de cada vez, fará com que ele nos responda uma só, por menor esforço que tenha que dispender. Ao invés de perguntarmos pelo nome de seu pai e o nome de sua mãe, juntos, se o fizermos pelos de seus pais, teremos respostas mais acertadas. É um erro frequente das pessoas que iniciam a técnica de História Oral formularem diversas perguntas ao mesmo tempo. Em geral é respondida a primeira e a última ou aquela que o entrevistado achar mais fácil ou melhor lhe interessar. Isto exige a repetição das outras perguntas desnecessariamente ou o esquecimento das não respondidas.

Existem perguntas que sugerem a própria resposta, prática que deve ser abolida, principalmente no que diz respeito à idéias ou descrições. "Você viu o automóvel" subentende necessariamente a existência do veículo, enquanto "você viu um automóvel", é diferente.

Willa K. Baum também sugere outras situações para entrevistas que achamos interessante serem citadas:

1. Uma entrevista não é um diálogo. Seu objetivo é levar o narrador a contar a sua história. Limite seus comentários a alguns gracejos para quebrar o gelo inicial ou então a perguntas curtas para guiar o entrevistado no assunto. Não é necessário dar-lhe detalhes da viagem de seu bisavô num carro de boi para relatar a viagem que seu avô fez à Califórnia. É necessário somente dizer- "ouvi dizer que seu avô saiu do Cabo Horn e foi para a Califórnia. O que lhe contou sobre a viagem?"
2. Fazer perguntas que exijam respostas além do "sim" ou "não". Começar com "por que", "onde", "como", "que tipo de ...". Em vez de "Foi Henry Muller um bom patrão", deve-se perguntar "que acharam os vaqueiros sobre Henry Muller como patrão?"
3. Nunca começar com questões controversas; reservar os assuntos delicados, se houverem, para quando tiver maior conhecimento do entrevistado.
4. Não se preocupe se as suas perguntas não estejam tão bem feitas ou bonitas quanto você gostaria que fossem. Uma questão mal formulada ajudará seu entrevistado a ficar à vontade, pois ele achará que você também não é perfeito e não irá se preocupar pelo fato de

que ele também não o é.

5. Muitas vezes é difícil ao narrador descrever pessoas. Uma maneira fácil de se conseguir isto é pedir que ele inicie a descrição pela aparência física da pessoa desejada. Daí torna-se mais fácil para ele partir para a descrição do caráter do outro.
6. Nas entrevistas, os momentos de ataques negativos obtêm melhores resultados do que os positivos, principalmente a respeito de perguntas sobre aspectos de situações. Por exemplo, ao se perguntar sobre uma pessoa, não se deve começar com um elogio. "Sei que o Prefeito foi uma pessoa sábia e generosa. Foi assim que você o achou?" Poucos entrevistados relutariam em negar tal afirmativa ainda que achassem o Prefeito uma pessoa desagradável. O entrevistador receberia uma resposta mais viva se começasse pelo aspecto negativo: "Ainda que o Prefeito tenha a reputação de ter executado boas obras, ouvi falar que foi um homem difícil para seus funcionários imediatos o aguentarem". Se o entrevistado admirasse o Prefeito, logo o defenderia, com exemplos, para mostrar o erro de sua afirmativa; se realmente o achasse difícil de aguentar, sua afirmação daria a ele a oportunidade de ilustrar algumas das características mais negativas ao Prefeito.
7. Tente estabelecer todos os pontos críticos de um relato no qual se situa o narrador ou qual

tenha sido o seu papel no evento, para poder selecionar o que realmente foi testemunha ocular ou o que foi dito baseado em narração de outros. "Onde estava você no momento do desastre na mina?" "Falou com algum dos sobreviventes mais tarde?" "Os relatórios dos sobreviventes diferiam de alguma maneira das notícias de jornais?" Entretanto, tome cuidado com estas perguntas para não parecer que você está duvidando da verdade da narração do entrevistado.

8. Não questione relatos que considere duvidosos. Ao contrário, tente obter tantas informações quanto possível para que futuros pesquisadores possam utilizá-las para determinar uma possível realidade. O narrador pode estar contando perfeitamente o que ele viu. Como Walter Lord explicou quando descreveu suas entrevistas com os sobreviventes do Titanic "toda senhora que entrevistei tinha saído no último barco salva-vidas. Como descobri mais tarde, em um estudo da localização destes barcos salva-vidas, nenhum grupo estava à vista dos demais e, cada senhora provavelmente estava no último barco que ela podia ver saindo do navio.
9. De certa maneira cuidadosa, mostre ao entrevistado que existe uma outra narração diferente daquela que ele relata, quando for o caso. Comece "ouvi falar ..." ou "já li que ...". Isto não é uma desconfiança do seu relato, mas

sim uma oportunidade para ele expôr evidências que refutem uma opinião oposta ou explique como aquela opinião passou a existir, ou mesmo uma oportunidade dele modificar o que já disse. Sendo feitas tais interferências de maneira cuidadosa, a melhor parte das informações pode sair do choque de opiniões opostas.

10. Não use a entrevista para mostrar seu próprio conhecimento, vocabulário ou outro talento. Bons entrevistadores não brilham; deixam seus entrevistados brilharem . (3)

Quanto ao primeiro item apresentado por Baum, achamos importante o destaque de que realmente uma entrevista de História Oral não é um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. O importante, como diz o autor, é fazer com que o memorialista conte o acontecimento da maneira como ele se lembra e do seu ponto de vista. Cabe ao entrevistador, neste caso, somente fazer sugestões de perguntas para que o entrevistado desenvolva a resposta. Entretanto, como a entrevista deverá ser usada por outros pesquisadores, é necessário que determinadas passagens do assunto fiquem gravadas, mesmo que o entrevistado não se tenha referido à elas e sejam do conhecimento do entrevistador. Não é o caso do exemplo citado por Baum, mas existem inúmeros outros que, dependendo do caso, poderão ser citados pelo entrevistador tanto para simples registro, quanto para provocar respostas mais detalhadas do entrevistado. Cada tipo de pergunta elaborada

da de maneira diversa exige uma resposta diferente. É o caso de perguntas que solicitem simples respostas de "sim" ou "não", que devem ser evitadas durante a entrevista. Da mesma maneira, respostas que se restrinjam somente a datas puras e nomes. Mesmo sabendo da participação única de determinadas pessoas em um fato, não se deve fazer perguntas que exijam somente respostas afirmativas, mas interpretativas e abrangentes. Em vez de "fulano de tal participou daquele movimento?", é melhor "quem participou daquele movimento?". A resposta à primeira pergunta será um "sim" ou "não", somente, enquanto que, na segunda pergunta, aparecerão além do nosso interessado, outras pessoas.

As perguntas de cada entrevista começam, geralmente, pelo levantamento biográfico do entrevistado: seus pais, local de nascimento, lembranças de infância, da juventude, até, sem limite de tempo, conduzirmos o entrevistado à idade adulta onde se desenvolverá, de maneira geral, o assunto principal. Esta técnica, além de facilitar o desenvolvimento cronológico da biografia do entrevistado - mas de maneira alguma esta cronologia é essencial - faz com que o entrevistado inicie a responder questões que, temos certeza, ele as conhece. A grande preocupação das pessoas de idade mais avançada é a falha da memória e, conseqüentemente, a fidelidade das respostas. Portanto, se, de início, lhe fazemos determinada pergunta que não possa responder - por esquecimento ou por outro motivo qualquer - logo entrará em pânico e lhe será igualmente difícil responder as demais, mesmo que sejam perguntas fáceis e, gradativamente, vai-se aprofundando no sentido horizontal e no vertical, o conteúdo das perguntas.

O estilo da linguagem usada pelo entrevistador e pelo entrevistado deve ser o mais coloquial possível, naturalmente que cumprindo certas regras de educação, respeito e intimidade. De qualquer maneira, as perguntas não precisam ser formuladas como qualquer peça rara de oratória, pois quanto mais cheia de adjetivos e empolada, mais dificuldade terá o entrevistado de responder, não pela forma da mesma, mas pela distância que o entrevistador passa a se colocar psicologicamente. Normalmente os entrevistados nunca leram uma transcrição fiel de longas conversas que tenham feito, estranhando, portanto, seus vícios de linguagem e outras características que possuem e não se apercebem. Para tanto, solicitam que sejam mudadas as respostas pois "ficariam feias". Sendo a transcrição literal da entrevista, neste sentido devemos comparar a fita com a transcrição, para mostrar-lhe a fidelidade e fazer-lhe ver que justamente aí está o aspecto de espontaneidade e naturalidade da técnica da História Oral e, por isto, a entrevista foi gravada e não escrita. Não nos interessam peças literárias da entrevistas, mas conhecimento profundo e inteligente das questões.

A História Oral é feita exclusivamente com base na vivência e experiência do entrevistado. Entretanto, certas declarações não são fruto de experiência, mas conhecimento que o entrevistado obteve de outras pessoas que, por tal fato, entretanto, não deixam de ter valor. O que é necessário é ficar bem definido o que é vivência do que foi baseado em informações de outros. Mas, muitas vezes tal diferenciação é quase que impossível.

Exemplo disto temos observado nas entrevistas realizadas com ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e guardadas no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina. São quase que uma dezena delas, realizadas com pessoas diferentes que integraram batalhões ou companhias diversas, em momentos também diferentes, bem como foram entrevistados por alunos diversos do Curso de Pós-Graduação em História. Observou-se que determinadas respostas foram perfeitamente iguais, bem como a maioria dos assuntos tratados com maior interesse pelos entrevistados são, também, quase que os mesmos. Os entrevistados foram, na época, cabos e soldados. Para surpresa nossa, quando ouvimos palestra sobre as experiências de um então Major durante a Guerra - atualmente historiador, os assuntos, as descrições e as opiniões eram quase que idênticas às dos soldados entrevistados. A explicação que procuramos dar a este fato é que, durante os momentos de folga dos soldados e oficiais, pressionados pela tensão do front, as conversas e os assuntos eram repetidamente os mesmos, de maneira que, no fim, todos eles, inconscientemente, passaram a acreditar que realmente tivessem vivido aqueles momentos que, para todos era, os mesmos.

Uma das principais características da História Oral é a possibilidade da obtenção de opiniões diferentes sobre o mesmo assunto. Estas opiniões, baseadas em vivências também diferentes, podem ser divididas em simples narração, ou opiniões propriamente ditas.

As primeiras, as narrações, são relatos de pessoas que participaram no mesmo momento, do mesmo fato e cada uma tem uma maneira diferente de rela

tar a mesma coisa fazendo sobressair determinados detalhes e deixando para segundo plano outros, não coincidentemente. As opiniões são as expressas por pessoas que ocupavam pontos diferentes em relação ao mesmo assunto: antagonistas políticos, empregados e empregadores, oficiais e soldados, etc., gente que se distingue pela posição ocupada e, conseqüentemente, tem ângulos diversos de ver a mesma coisa. É perfeitamente possível e válido mostrar a cada entrevistado as narrações e as opiniões diferentes da sua, citando, quando possível, seus autores. Isto fará com que ele tenha idéia de que a sua opinião não é a única, bem como mostrar-lhe-á novos enfoques ao assunto. Muitos líderes entrevistados ignoravam até então os enfoques diferentes do seu e isto, algumas vezes, fez-lhes modificar pensamentos e opiniões já solidificadas pelo tempo.

Finalmente, como último ponto a ser lembrado, é o fato de que, numa entrevista, o elemento importante não é a opinião do entrevistador, mas a do entrevistado; e, como disse perfeitamente Baum, "bons entrevistadores não brilham, deixam seus entrevistados brilharem".

5. O DESENVOLVIMENTO BIOGRÁFICO DO ENTREVISTADO

Voltamos ao conceito original de que a História Oral é, até certo ponto, o levantamento biográfico ou auto-biográfico de uma pessoa especial que interessa ao historiador por motivo de sua participação direta em determinado acontecimento. Portanto, o que interessa ao entrevistador não é somente o relato destes aconte-

tecimentos por parte do narrador, mas as causas que os fizeram participar dos mesmos, as consequências em sua vida, enfim, a sua vida; toda sua vida, contada cronologicamente ou não: as influências recebidas e exercidas, os ambientes vividos, as ascensões e declínios profissionais, as amizades, os familiares, idéias, filosofia, enfim, tudo ou quase tudo que diz respeito ao entrevistado, relatado por ele mesmo.

A importância desta variedade de informações está no fato de que a narrativa não só interessará aos pesquisadores do assunto principal, mas dará condições a outras pesquisas paralelas, a partir daquela entrevista. O estudo das famílias, do desenvolvimento educacional de determinada época, da sociedade, da economia, da política e mesmo da religião pessoal e a do lugar onde o narrador viveu sua infância e sua juventude; as relações sociais e as interferências, divisões e preconceitos de classe, a própria educação familiar, enfim, são alguns dos assuntos que poderão ser estudados a partir da análise das entrevistas de História Oral. Portanto, não concordamos com alguns entrevistadores que acham que somente o assunto principal, o que provoca a entrevista, deve ser analisado.

A complexidade das informações garante a autenticidade oral da entrevista, substituindo as credenciais formais caracterizantes do cartão de identidade, certidão de nascimento, etc., documentos identificados somente por um registro numérico. O narrador se identifica quando diz "sou fulano de tal, nascido em tal data, filho de sicrano e beltrana; vivi assim, faço isto, fiz a

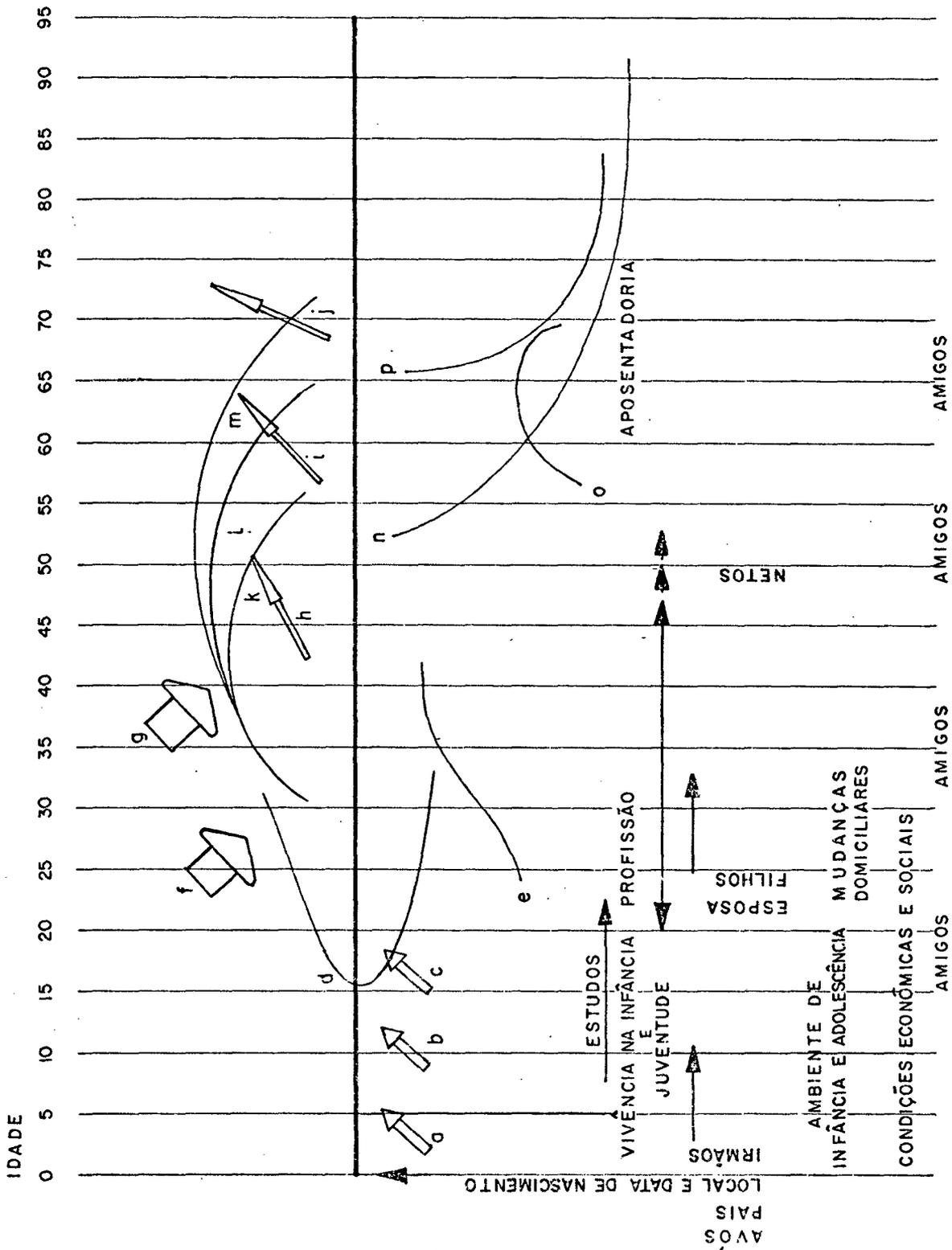
quilo, penso de tal maneira sobre este assunto, etc, etc!" Esta identificação, que é o próprio desenvolvimento da entrevista, deve sempre ser feita pelo entrevistado e não pelo entrevistador.

Toda entrevista deve ter uma a apresentação feita pelo entrevistador que normalmente a rea realiza no início da primeira fita: "Entrevista com o Sr. João da Silva, realizada por Alfredo Machado no dia 30 de setembro de 1977, às 20,30 horas, em sua residência (ou escritório, etc.), localizada à rua Deodoro da Fonseca, 32, na cidade de Tijucas, Santa Catarina". Esta apresentação deve ser gravada para que fique registrada na fita para posterior transcrição, mas não é necessário que ela seja necessariamente no início da entrevista e diante do entrevistado; poderá perfeitamente ser feita depois da entrevista, desde que tenhamos deixado, inicialmente, pequeno espaço de fita sem gravar. Alguns entrevistadores não o fazem na fita inicial da entrevista, mas sim após a última fita gravada.

O conteúdo do corpo da entrevista, propriamente dita, é dividido em duas partes: a biográfica e o assunto principal, ambas perfeitamente relacionadas, pois, a segunda é inserida dentro da primeira, por motivos claros. Apesar do assunto principal ser, como o nome já o diz, o mais importante, não é o único, pois sem a biografia do entrevistado pouco valor tem, pelas razões vistas anteriormente.

O desenvolvimento da parte biográfica foi esquematizado na figura 1, em que se tomou por

Figura 1



base uma pessoa qualquer, cuja idade normal pode ser adaptada à de inúmeras outras. Na figura, tomamos uma pessoa com idade máxima de 95 anos, mas que pode ser reduzida para outra qualquer. Lembremo-nos, sempre, que a idade máxima de cada entrevistado é aquela que ele tem no momento da entrevista. Dividimos a biografia em três etapas: período da juventude, que compreende o nascimento e a infância também; período adulto; período da velhice. O primeiro período é básico para a compreensão da idade adulta, onde geralmente acontece o assunto principal. Entretanto, por estar mais distante dos dias atuais em que a memória do entrevistado provavelmente não esteja tão lúcida, é mais difícil de se extrair dados em certos pontos.

Partindo da necessidade que temos de iniciar a entrevista através de perguntas cujas respostas deverão ser lembradas, começaremos pela própria auto-apresentação do entrevistado: "O Sr. poderá dizer seu nome completo?" Em seguida pergunta-se a data e o local de nascimento, nome dos pais, avós, profissão dos mesmos, irmãos, etc., de maneira tal que ele nos mostre a situação geral da família, através de respostas simples, solicitadas por perguntas também simples. Este início de entrevista vai se caracterizar por um "ping-pong" de perguntas e respostas, mas que são necessárias para o desenvolvimento posterior, pois a partir daí o entrevistado estará, gradativamente, se sentindo cada vez mais seguro para prosseguir a sessão.

Após a descrição da constelação familiar e o posicionamento do entrevistado dentro dela através de respostas que não exijam muita memória, po

de-se começar a extrair respostas interpretativas, tais como o seu relacionamento com a família, o ambiente social e a posição econômica, sua vivência na infância compreende folguedos, amigos, descrição da cidade ou determinados lugares já desaparecidos, seus estudos, a escola, suas professoras, etc., além de outros temas que mais servirão para alegrar o entrevistado pelas recordações que se desenvolverão até a adolescência, e sobre a qual devemos deixa-lo falar ao máximo, mesmo que se perca boa porção da fita durante algum tempo. Não se deve, pois, fazê-lo apressar-se, com respostas imediatas e rápidas, pois tal etapa da entrevista é básica como exercício da memória para posterior continuação, bem como para que o entrevistador adquira plena confiança do entrevistado, fazendo-lhe ver que ele, realmente, está interessado em suas respostas. As perguntas e as respostas não necessitam ser rigidamente em ordem cronológica, como toda a entrevista, desde que nos dê a idéia de sua vida a mais completa. O que se pode explorar bastante, nesta primeira fase da entrevista, são as recordações do ambiente social, econômico, político e religioso dos períodos da infância e juventude, sem haver a rigidez cronológica das situações e lembranças, pois a idéia que se tem desta fase da vida é mais globalizante, com uns poucos pontos marcantes de destaque, porém de importância. As influências recebidas, nesta época da vida, estão assinaladas na figura pelas setas menores e inferiores à linha do tempo, que representam as influências domésticas, designativas pelas letras "a", "b" e "c", todas perfeitamente exploráveis durante a entrevista mesmo que elas tenham sido inconscientes ao entrevistado

e só agora tenham sido levantadas questões.

Gradativamente, conduz-se a lembranças da idade adulta que é, a partir de onde, normalmente, vai se desenvolver o assunto principal de nossa entrevista, salvo se este assunto estiver na primeira parte - infância e juventude.

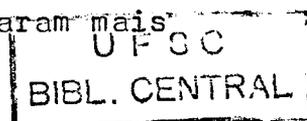
Algumas pessoas começam a trabalhar cedo na agricultura, comércio ou indústria, ainda da juventude, por necessidades econômicas familiares, ainda que este trabalho não seja o da profissão que vai abraçar mais tarde. A necessidade de trabalho, por motivos domésticos, está assinalada pela seta "c" e o serviço propriamente dito pela linha "d", que, no nosso caso, inicia-se após os 15 anos. Este tipo de trabalho poderá ou não transformar-se na profissão definitiva, cuja linha de ascensão está marcada pela letra "e" correspondente, no nosso caso, paralelo ao casamento e primeiros filhos. Nesta época, após os 20 anos de idade do nosso entrevistado fictício, ele começa a receber as primeiras influências externas (setas "f" e "g") que dizem respeito à tendências ideológicas, sociais, etc., que, também, vão influenciá-lo profissionalmente, no sentido de um maior ou menor período de auge profissional (linhas "k", "l" e "m", coordenadas com a linha ascensional "e"). Este período tem duas linhas de declínio: a primeira e mais prolongada, e a posterior e mais rápida ("n" e "p", respectivamente). No caso da existência da primeira linha "n", o entrevistado pode ter sido reaproveitado profissionalmente ou em outro setor da atividade humana, principalmente quando tiver sido aposentado. Este reaproveitamento, que, poucas vezes é

de longa duração, é representado pela linha "o".

As setas "h", "i" e "j" representam as influências que o entrevistado passou a exercer sobre outras pessoas. Tais influências, quando significativas, somente se dão após uma consolidação sócio-cultural da pessoa e, portanto, a partir de uma posição de auge-cultural.

Devemos chamar a atenção para o fato de que todos os pontos assinalados na figura são perfeitamente móveis em relação uns aos outros e em relação à idade da pessoa, não se devendo, pois, de maneira alguma, querer enquadrar qualquer biografia especificamente em tal esquema. O gráfico só serve para mostrar as possibilidades de abrangência biográfica, análise que é consequência de um relato próprio extraído através da entrevista de História Oral. Por outro lado, também devemos chamar a atenção para o fato que, em cada caso, a idade máxima do entrevistado é aquela que ele tem no momento da entrevista, como já ficou claro anteriormente, não podendo supor o que lhe resta ainda até a morte. Outra e final observação, é a de que isto nada tem a ver com o assunto principal da entrevista, que pode estar situado em qualquer ponto ou período da vida do entrevistado.

Não existem regras fixas para se entrevistar. Entretanto, certos conselhos podem ser dados relativos ao procedimento de entrevistadores e entrevistados. E, no que diz respeito aos primeiros, além dos princípios a serem adotados e analisados no item anterior, cremos que na demonstração da figura, ficaram mais



claros os procedimentos, atitudes e assuntos a serem tratados, que proporcionarão uma melhor entrevista de História Oral, tornando-a verdadeiro documento para a pesquisa, além da análise do assunto principal.

6. O ASSUNTO PRINCIPAL

Se a entrevista de História Oral se caracteriza pela obtenção de vivências e experiências individuais, o Homem, o memorialista, o entrevistado, é a figura principal do documento formado sobre o qual este é desenvolvido. Entretanto, se o nosso entrevistado foi para tal escolhido é porque alguma coisa ele tem a nos relatar, sobre determinado assunto em particular, que chamaremos de "assunto principal". De outra maneira, de nada adiantaria uma entrevista consigo se fosse, simplesmente, pelo seu aspecto biográfico normal. Ele é o entrevistado por que viveu e participou de determinado acontecimento ou fato que nos interessa em particular; portanto, a biografia como biografia de quem não se caracteriza por este aspecto, o da vivência de fato particular, de nada interessa à História Oral. Mas, justamente pelo fato de ter participado do assunto principal, e este assunto ter-se constituído numa faceta de sua vida, sua biografia é, por isto, importante.

Distinguimos dois aspectos a serem considerados numa entrevista de História Oral: a biografia do entrevistado e o assunto principal do que ele participou e nos interessa sobremaneira. Ambos se misturam em certa fase da vida do entrevistado, mas são

O assunto principal é ou faz parte de um fato histórico sendo, portanto, social e temporal. Por isto, mesmo que o entrevistado tenha liderado durante todo o período de existência do fato, que é o assunto principal da entrevista, ele não participou dele sozinho, mas em companhia de outras pessoas e em oposição à outras mais, e o fez durante um período de tempo que, dependendo do caso, é possível melhor ou mais facilmente ser identificado.

Cabe ao entrevistador de História Oral procurar definir ou fazer o entrevistado se definir quanto à sua posição dentro do assunto. Esta posição se refere à situação, à oposição ou mesmo à uma posição de indiferença e, em cada uma delas, sua colocação em relação ao resto do grupo que integrava. O relacionamento com os líderes, com os liderados, as opiniões deles em relação às suas, a oposição e sua participação no processo de desenvolvimento do fato, etc., são pontos que o entrevistador, através de perguntas inteligentes, deve conduzir o entrevistado a se manifestar dentro do devido tempo histórico.

7. AS ENTREVISTAS COLETIVAS E INDIVIDUAIS

Vários entrevistadores, principalmente norte-americanos, praticam entrevistas coletivas. Elas podem ser classificadas em dois tipos: um só entrevistador e vários entrevistados; um só entrevistado e vários entrevistadores.

No primeiro caso, o entrevistador reúne várias pessoas que tenham tido experiências diferentes a respeito de um mesmo fato histórico, e desen

volve a sessão com perguntas dirigidas algumas vezes especificamente a determinadas pessoas, e perguntas gerais onde não é determinada quem responde. Este tipo de entrevista coletiva apresenta vários aspectos negativos. O primeiro deles é o que consideramos a respeito da biografia do entrevistado. Nas entrevistas coletivas não é possível seguir-se determinada linha biográfica para cada entrevistado em particular, pois, no caso, as perguntas seriam específicas e não poderiam ser comuns a todos. O outro aspecto negativo relacionado com tal tipo de entrevista é que sempre algum dos entrevistados passa a liderar as respostas tirando, muitas vezes, a oportunidade dos outros. Entra em jogo a maior ou menor facilidade de expressão de cada um, bem como os aspectos psicológicos de relacionamento dos entrevistados entre si, tolhendo, frequentemente, a possibilidade dos mais tímidos se expressarem diante dos outros, mas que seriam perfeitamente capazes quando a sós com o entrevistador. Entretanto, ela não deixa de ser, até certo ponto, válida, apesar dos problemas que comporta.

O outro tipo de entrevista coletiva é aquela em que se deparam dois ou mais entrevistadores e um só entrevistado. Apesar de apresentar aspectos altamente positivos em relação ao primeiro tipo - com vários entrevistados - também tem o seu lado negativo. Os aspectos positivos estão expressos nas possibilidades das variedades das perguntas a serem feitas pelos entrevistadores que, muitas vezes, não o seriam por um só. Cada entrevistador, como cada entrevistado, vai formando uma idéia particular a respeito dos assuntos à medida que a entrevista se desenvolve. Vários entrevistadores, portanto, apresentam idéias diferentes, ângulos diversos sobre o mesmo

assunto. Este tipo de entrevista poderia suprir, neste aspecto, as deficiências das faltas de perguntas que só são notadas quando a transcrição é lida por uma terceira pessoa. "Por que não perguntou sobre isto?" "Poderia ter desenvolvido mais este assunto", etc, são afirmações que, muitas vezes, o pesquisador faz, para si próprio, quando analisa uma entrevista feita por outro.

Entretanto, boa parte do êxito de uma entrevista depende da confiança que o entrevistado deposita no entrevistador. Esta confiança é consequência de um processo psicológico, o "rapport", de que falamos anteriormente, e que depende exclusivamente das duas pessoas que estão frente a frente. Em consequência, muitas coisas que o entrevistado relataria a um só entrevistador, não o faria pessoalmente a vários.

Apesar dos aspectos positivos e negativos apresentados pelas entrevistas coletivas, somos, entretanto, favoráveis à validade das sessões individuais.

8. AS VARIAÇÕES DE ENTREVISTAS

Pelo fato de que as entrevistas variam conforme os entrevistadores e, principalmente, conforme os entrevistados, em relação a este segundo aspecto, podemos dividir em grupos distintos conforme as classes sociais, as idades, o sexo, o nível econômico, as profissões, enfim, conforme uma série de padrões aos quais se pode colocar um entrevistado ou um grupo deles.

Especificamente duas divisões

básicas são mais importantes para a História Oral, quais sejam as entrevistas com líderes e as entrevistas com o povo.

De uma maneira geral, a História tem sido feita de cima para baixo, isto é, a partir da opinião dos líderes e a execução das suas tarefas. Pouco se sabe sobre o povo, o liderado, aquela que recebe, de imediato, o impacto das resoluções políticas, econômicas e sociais, tomadas, muitas vezes à portas fechadas mas amplamente divulgadas pelos historiadores. A História Oral oferece esta oportunidade que é a de entrevistar, paralelamente, o governante e o governado; saber a opinião de cada um sobre o outro.

Quanto aos líderes, cabe ao historiador-entrevistador classificá-los conforme as posições que ocupam. Existem vários tipos de líderes, bem sabemos, mas o que nos interessa é a sua posição em relação ao fato histórico mundial, nacional, regional ou local. Dentro de um mesmo fato histórico, com repercussões ilimitadas, o líder da cidade não é nacional, bem como o nacional não é mundial. O inverso também é verdadeiro: um líder nacional não o é necessariamente regional ou local. Portanto, cabe ao entrevistador colocá-lo e tratá-lo devidamente em relação à posição que ocupa no fato histórico. Outra observação que deve ser feita é a visão dos líderes em relação aos liderados. Quanto mais elevada sua posição em termos de maior abrangência geográfica, mais vasto seu horizonte visual, o que lhe fornecerá aspectos diferentes a serem abordados durante uma entrevista, daquelas visualizadas por líderes menores, locais ou regionais.

O líder geralmente gosta de ser

entrevistado, como uma necessidade de justificar seus atos passados, enquanto que o povo apresenta-se bem mais fechado e, conseqüentemente, com menos liberdade e naturalidade de opinar certos assuntos, mesmo sabendo dos direitos que o protegem a respeito da entrevista de História Oral.

É, portanto, com cuidado extenso que o entrevistador deve se achegar à determinadas pessoas de classes menos favorecidas, para conseguir extrair informações de valor histórico.

Finalmente, deve-se ter, sempre, em mente que o desenvolvimento das entrevistas com pessoas de níveis sociais diversos e, também, diferente, dependendo do caso.

9. REVISÃO DA ENTREVISTA

Após a realização da entrevista, o entrevistador deve escutar cada gravação cuidadosamente para averiguar se todas as perguntas foram satisfatoriamente respondidas, para ter certeza se qualquer fita não teve falha e gravou tudo, e, decidir, caso negativo, sobre os dois problemas acima citados, se há ou não necessidade de nova entrevista a fim de sanar as incorreções de conteúdo e técnicas.

CAPÍTULO IV

A TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO

1. INTRODUÇÃO

A transcrição da entrevista de História Oral é o documento com o qual os pesquisadores vão entrar em contato direto, devendo, portanto, ter como característica principal a fidelidade à fita e perfeita condição de uso. Somente, em poucos casos, os pesquisadores recorrem à fita magnética a fim de auxiliarem na elaboração de seus trabalhos. Problemas de conferência de texto, análise de voz ou certas características psicológicas, por exemplo, levam o pesquisador a escutar a fita, sendo, portanto, a transcrição, o documento escrito, o mais usado.

A transcrição é, também, a etapa mais penosa do trabalho de História Oral, pois exige várias fases de serviço que, no final, correspondem à uma média de 12 horas de trabalho para cada hora de gravação, considerando uma entrevista realizada em ritmo normal e velocidade de conversa coloquial.

O ideal é que cada entrevis-

tador faça a transcrição de sua entrevista. Entretanto, tal é praticamente impossível visto o tempo necessário para este trabalho, o que limitaria o entrevistador a poucas entrevistas. O entrevistador deveria fazer sua própria transcrição, pois ele está acostumado ao ritmo da sua e da voz do entrevistado, o que facilita o entendimento de algumas palavras que ficaram mal gravadas, principalmente no caso, muito comum, de frases superpostas em que ambos falam ao mesmo tempo. Como não é possível transcrever na mesma linha frases superpostas, cada uma delas tem uma posição determinada no texto e, desta correta posição, depende a compreensão do período. O entrevistador sabe qual das duas aparece antes e só ele poderá, neste caso, colocá-las na ordem certa. Outro exemplo da necessidade da transcrição ser feita pelo entrevistador é quanto a substantivos próprios de origem estrangeira. Durante, ou logo após a entrevista, devem ter sido tomadas notas destes vocabúlos e os escritos corretamente para facilitar a transcrição. Finalmente, a própria "sujeira" da gravação, isto é, captação de sons externos e paralelos ao diálogo e gravação pelo aparelho, interferem menos ao entrevistador que já se acostumou com eles durante a entrevista, do que a outra pessoa estranha às condições da realização da sessão. Mas, como já dissemos, pelo tempo necessário que se gasta na realização completa de uma transcrição, ao entrevistador é quase que impossível tomar para si este trabalho, necessitando-se, para tanto, de um transcritor profissional. Por outro lado, deve ser pessoa de inteira confiança do grupo de trabalho, pois, por ética, não deve divulgar o conteúdo das entrevistas sigilosas parcial ou totalmente.

Todo transcritor deve possuir quatro qualidades para uma perfeita execução de seu mister: paciência, boa audição, cultura média e pontuação. O conhecimento da tequigrafia ou estenografia facilita sobremaneira a tarefa do transcritor mas, sendo isto impossível, ele se vê obrigado a passar e repassar continuamente cada trecho da fita para conseguir captar, na totalidade, todas as palavras de cada frase gravada. Alguns gravadores estrangeiros, próprios para entrevistas a serem transcritas, possuem mecanismo de pé que possibilitam ao gravador parar imediatamente, fazer retornar a fita e continuar com rapidez, facilitando a transcrição, ao passo que os gravadores de tipo comum exigem que os transcritores se vejam obrigados a executar este trabalho com uma só mão, enquanto a outra está continuamente escrevendo. Isto, além de danificar o aparelho, torna a tarefa mais difícil e pesada, exigindo também grande soma de paciência da parte do transcritor. A boa audição também facilita a transcrição, pois, apesar do trabalho ser realizado com o auxílio de fones especiais para os ouvidos, que impedem a transferência de barulhos externos ao da gravação, algumas palavras são, geralmente, mal pronunciadas, chegando, mesmo, a serem impossíveis de se identificar. Naturalmente que o transcritor não necessita possuir alto grau de conhecimento sobre o assunto a ser tratado durante a entrevista, mas uma cultura média, principalmente sobre alguns conhecimentos para não estar completamente alheio ao assunto, é necessário.

Finalmente, o que, talvez, seja de maior importância num trabalho de transcrição, é a

necessidade de bons conhecimentos de ortografia e pontuação. Este aspecto é de extrema importância pois a palavra falada, bem como o pensamento expresso através da conversa, geralmente não possui pontuação correta e, nunca, diferenciação ortográfica. A má colocação de uma vírgula, de um ponto ou a própria divisão em parágrafos, muitas vezes modifica, completamente, o conteúdo da entrevista. Caso muito frequente nas entrevistas é a falta da conclusão completa das frases, o que exigirá uma correta colocação de reticências, sem que altere o seu conteúdo. Uma transcrição bem feita é aquela que expressa com perfeição o pensamento dos interlocutores e, para isto, depende de conhecimento de ortografia e pontuação por parte do transcritor.

2. FASES DA TRANSCRIÇÃO

Uma transcrição de entrevista de História Oral exige várias fases de trabalho. A primeira versão, que é a mais bruta, é a passagem literal de todas as palavras e vocábulos para o papel. Alguns transcritores, bons datilógrafos, executam esta primeira versão diretamente à máquina datilográfica; outros o fazem manualmente. Nesta versão, o transcritor não deve se preocupar com a pontuação ou a ortografia corretas, mas sim em transferir simplesmente as palavras da fita magnética para o papel. Não se deve, também, preocupar-se com a limpeza do texto, incluindo, portanto, todos os vícios de linguagem, frases inababadas, palavras repetidas, etc. É a fase da transcrição mais penosa e que demanda mais tempo de serviço.

A segunda versão é destinada a "colocar as coisas nos seus devidos lugares", isto é, a limpeza do texto, pontuação e ortografia corretas. Esta fase, somente é possível ainda com a ajuda da audição da fita gravada, concomitantemente com a leitura do texto da primeira fase, pois só assim se consegue dar, em forma gramatical, o sentido de cada frase para a formação correta do pensamento do entrevistado e do entrevistador. Esta versão ~~deve~~ ser revisada pelo entrevistado e pelo entrevistador e, após isto, faz-se a versão final, completamente limpa e datilografada corretamente para as assinaturas e rubricas do entrevistado e, após, para a encadernação do texto ou arquivamento devido.

Todo texto transcrito de entrevista de História Oral deve possuir um resumo e um índice onomástico e de assunto. Este segundo documento acompanha o texto, no seu final, enquanto que o primeiro pode ser fixado e publicado à parte.

A distribuição final do texto na folha obedece a um espaço que facilite a sua leitura, não confundindo os dois interlocutores. Para tanto, costuma-se distribuí-lo da mesma maneira que o espaço oficial normal, isto é, com margem superior de 4 cm, margens direita e inferior de 2 cm e margem esquerda de 3 cm menos 4 letras e 4 pontos e um traço, o que soma 9 espaços, para a inclusão das iniciais da pessoa que fala, que deve se destacar do texto, que inicia na mesma linha.

Exemplo:

S.W.A.P.- Depois que o senhor exerceu durante tantos anos a profissão de professor, quais as outras ativi-

dados que teve?

R.J.T.- Depois me dediquei à profissão de padeiro. Trabalhei 8 ou 9 anos como padeiro.

3. A LIMPEZA DO TEXTO

Um texto de transcrição de entrevista de História Oral não é, nem pretende ser, uma obra literária, pois ele é uma simples transcrição de uma conversa em tom coloquial, realizada sem a preocupação para com as regras gramaticais ou expressões de palavras difíceis. A entrevista não foi escrita, antecipadamente, para depois ser dita, como a conferência, mas foi falada, primeiramente, para depois ser transcrita.

Limpeza do texto de transcrição não é, pois, a passagem de uma conversa para uma forma escrita literária, mas sim, a retirada de determinados vícios da linguagem falada e a correção de algumas frases, desde que não tire a autenticidade do diálogo despretençioso e espontâneo, nem descaracterize, psicologicamente, a maneira de se expressar do entrevistado.

A limpeza, portanto, depende muito da suscetibilidade do transcritor para que o texto não seja deturpado e não perca as características originais. Entretanto, existem certos vícios de linguagem que devem ser varridos do texto, como a repetição constante de palavras, continuamente (característica de momentos de reflexão interna sem deixar de falar), tanto nas perguntas quanto nas respostas, frases sem terminar, erros de dicção e linguagem, etc. A limpeza deve ser feita somente pe

lo entrevistador, mesmo que não tenha feito a transcrição, pois só ele tem condições de saber o que tirar do texto para não descaracterizar a identidade do entrevistado.

Para exemplificar, mostraremos alguns textos transcritos literalmente, sem a limpeza e, após, os mesmos limpos, para se ter idéia do trabalho a seguir:

"Depois que o senhor exerceu tantos anos como professor, que mais ... o que mais ... que profissões, que mais o senhor fez, as atividades que o senhor teve?"

Texto limpo:

"Depois do o senhor exercer tantos anos como professor, que mais o senhor fez? Quais as atividades que teve?"

Outro exemplo:

"S.J.U.T.- Aqui em Rio das Caveiras, aqui, quem participou ainda que, parece-me, também não saiu de casa foi o tal Bernardo Koestker. Ele deve contar alguma coisa também. Morava perto da Igreja, lá em cima.

S.W.V.- Ainda vive atualmente?

S.J.U.T.- Vive ainda ele deve ter uns oitenta e poucos anos oitenta e poucos.

S.W.V.- Vive ainda. Outros o senhor não se lembra, Talvez?

S.J.U.T.- Vive. Não. Depois parece que os velhos já morrem todos e saíram todos."

Texto limpo:

"S.J.U.T.- Aqui em Rio Caveiras, quem participou, parece-

me, e também não saiu de casa, foi o tal de Bernardo Keesker. Ele deve contar alguma coisa alguma coisa também. Morava perto da Igreja, lá em cima.

S.W.V. - Atualmente ainda vive?

S.J.U.T. - Vive ainda. Ele deve ter uns oitenta e poucos anos.

S.W.V. - Outros, o senhor não se lembra?

S.J.U.T. - Não. Parece que os velhos já morreram todos ou saíram".

Neste dois exemplos vemos a possibilidade de limpeza para se obter um texto mais fácil de leitura, sem que haja descaracterização psicológica do entrevistado e do entrevistador.

Chamamos "interferência", numa entrevista de História Oral, toda manifestação estranha ao diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado, tanto manifestada por ambos, quanto por terceiros que participam como espectadores, ouvintes, etc., à sessão, ou mesmo pessoas que, por motivos variados, interrompem o desenvolvimento normal da entrevista.

As interferências não precisam ser transcritas, salvo se elas representarem, realmente, algo de importante à contribuição do conteúdo que está se desenvolvendo; são, portanto, perfeitamente retiráveis do corpo do texto da transcrição.

Os exemplos são inúmeros. No caso das interferências exercidas pelos próprios dialogantes, entrevistador e entrevistado, uma frase ou obseq

vação por qualquer um dos dois em momento que interrompa um seguimento de pensamento, como, por exemplo, ante o trovejar ou a mudança brusca do vento, expressões como "vai chover hoje", ou "está fazendo frio nesta sala", são registradas na fita, mas nada interferindo na conversa mesmo que haja respostas, não devem ser transcritas, pois tornam-se frases ou palavras soltas no contexto e, se não explica melhor ao leitor o assunto que estava sendo discutido, confunde-o mais.

As interferências feitas por terceiras pessoas também estão enquadradas dentro deste tipo. São pessoas que aparecem na sala de entrevista e falam sobre qualquer coisa não integrante no assunto da entrevista, dirigindo-se ao entrevistado (esposa, filhos, secretária, etc), ou mesmo ao entrevistador. Um rápido diálogo entre uma dona de casa e o entrevistador: "o senhor aceita mais um cafézinho? Foi feito agora". "Não, obrigado, já tomei muito café hoje". Ou aquele aviso da secretária de que "O senhor Silva telefonou novamente e eu disse que o senhor não poderia atender pois estava dando uma entrevista" - "Não faz mal, logo mais eu falo com ele". Um número bastante grande de exemplos de interrupções deste tipo poderão ser dados, como casos corriqueiros de momentos que não devem ser transcritos, pois quebrariam o ritmo da entrevista, além de nada acrescentarem à ela.

Entretanto, certos casos de interrupções podem, perfeitamente, serem incluídos no corpo da transcrição da entrevista de História Oral. São interrupções que dizem respeito ao assunto da entrevista, principalmente em casos em que a esposa do entrevistado ou ou

tra pessoa mesmo, que acompanhou de perto toda sua vida pública e agora o acompanha no momento da entrevista. Casos de dúvidas do entrevistado acerca de datas, nomes, detalhes de momentos, quando em companhia da esposa, de familiares, ou de algum amigo íntimo, são geralmente solucionadas por respostas mais acertadas da terceira pessoa. Aliás, pequenas divergências podem acontecer entre marido e mulher acerca de detalhes de um momento da vida dele, acontecido há 50 anos atrás.

A inclusão destas interferências, no texto da transcrição, é feita da mesma maneira que como se fosse uma pessoa que estivesse presente, normalmente, no transcurso da entrevista, por exemplo:

Entrevistador: - O senhor se lembra da data em que foi admitido na companhia de eletricidade ?

Entrevistado: - Não, não me lembro. Qual foi mesmo a data, Maria?

Interferente: - Foi no dia 27 de março de 1927, às duas horas da tarde. Quem te deu posse foi o senhor Antonio Neves, aquele casado com a dona Miloca ..."

Entretanto, caso a interferência manifeste-se, poucas vezes, é necessário uma apresentação da mesma, pelo entrevistador:

Entrevistador: - Este foi uma interferência da senhora Maria da Conceição, esposa do entrevistado.

Quando a mesma pessoa interferir em várias oportunidades, não é necessário reapresentá-la tantas vezes, mas, somente uma. Caso haja vários interferentes, cada um deverá receber o mesmo tratamento da acima citada.

4. A REVISÃO PELO ENTREVISTADO

Após a transcrição completa do texto, com sua respectiva limpeza, entrega-se o mesmo para o entrevistado, para revisão.

É normal que o entrevistado estranhe ao ver a transcrição de sua fala pela primeira vez, duvidando, ~~mesmo, de~~ certas afirmações e incorreções, mesmo após haver-se feito a limpeza do texto. Neste caso, pode-se ceder cópia (nunca o original) da fita gravada ao mesmo, para que ele confira a fidelidade do trabalho e faça as devidas correções que, por ventura, sejam necessárias.

Tais correções serão feitas à parte do corpo de transcrição, bem como serão colocadas ; também, à parte deste material, pois o conteúdo original, conforme registro da fita magnética, não será modificado, por maiores erros que contenha. O que foi dito, foi gravado, e da gravação é impossível subtrair. Portanto, sendo a transcrição fiel à gravação, ela poderá ser limpa, ~~co~~mo vimos no item anterior, mas nunca modificada.

Cabe ao entrevistado, então, preparar um outro texto ou parte de texto, manuscrito ou datilografado, que acompanyará o original, com as devidas indicações de correção de data, de nomes, acréscimos, explicações mais detalhadas, outras versões, etc., material este que, apesar de não anular o outro, somente o enriquecerá.

Após tudo pronto, deve o entrevistado assinar todas as páginas da transcrição original como estando conforme com a fidelidade do material gra

vado, bem como das páginas da correção, ficando, assim, toda a entrevista pronta para ser indexada, resumida e catalogada para uso, imediato ou não, dos pesquisadores.

Entrega-se cópia de todo este material ao entrevistado mediante do "Termo de Doação" e respectivo "Recibo de Entrevista", documentos que serão analisados no capítulo seguinte, cessando, a partir daí, qualquer compromisso imediato com o entrevistado, salvo quando o mesmo regulamenta a utilização da entrevista.

5. A INDEXAÇÃO E A CATALOGAÇÃO

Para que a entrevista seja usada, entretanto, é necessário prepará-la para mais facilmente ser manuseada, com a encadernação, que a protegerá, bem como a preparação do Índice e do Resumo.

O primeiro constará do material a ser inserido no fim da entrevista, bem como fixado à parte; o segundo, ficará na primeira folha da entrevista e será incluído em catálogo geral das entrevistas, publicado separadamente.

O Índice tem valor por que leva o pesquisador, diretamente, à página em que consta o nome da pessoa, cidade ou assunto que procura, sem necessidade de ter que ler toda a entrevista para achá-las.

Deve, pois, ter, separada ou juntamente, índices onomástico, toponímico e por assunto em cada entrevista.

O Resumo, por outro lado, da-

ao pesquisador uma visão rápida do conteúdo da entrevista com seu número de registro, nome do entrevistado, do entrevistador, local da entrevista, data, número total de páginas da entrevista, título do assunto principal tratado e resumo propriamente dito, citando-se, quando for o caso, as reservas de consulta regulamentadas pelos doadores ou entidades.

Exemplo de Resumo:

P.G.02 - N.0048

Entrevistado: José Prachtouser

Entrevistador: Gisela Wilhelm

Local: Presidente Getulio, Santa Catarina

Data: setembro de 1975

24 páginas

Título: A colonização húngara em Ibirama, Santa Catarina

Dados biográficos do informante. A vida da Hungria no início do século XX, A miscigenação de raças. Lembranças da infância na Europa. Situação política da Hungria, A sociedade e a cultura húngara. A propaganda emigratório do Brasil. Transferência da família para o Brasil. Fixação em Ibirama. Aquisição de terras. Visita do Governador à Colônia. Contatos com os indígenas. Caçadores de bugres. A primeira escola da colônia. A alimentação do colono. Influência do europeu no Vale do Rio Itajaí. Contribuição política. Influência cultural. Nativismo e nacionalismo. O integralismo na região. Comícios in-

tegralistas. Propaganda alemã durante a Segunda Guerra. Envio de dinheiro à Europa. Prisões de integralistas.

CAPÍTULO V

O ARQUIVAMENTO, A LEGISLAÇÃO E A ÉTICA

1. O ARQUIVAMENTO

O arquivamento da entrevista relaciona-se diretamente às possibilidades e probabilidades de consulta do documento extraído através da técnica da História Oral. A utilização, finalmente, do documento como fonte histórica, depende destas condições de arquivamento, de tudo que diz respeito às condições de consulta, da problemática dos direitos autorais e da legislação correspondente, bem como de problemas éticos e de sigilidade que envolvem a História Oral e que nos dedicaremos neste capítulo.

Como em todo arquivo, as condições para a utilização do material depositado depende de sua organização. Considerando que o documento de História Oral é preparado antecipadamente e premeditadamente para ser arquivado e ser utilizado para pesquisa num futuro indeterminado, ele, mais do que outro, deve se enquadrar num processo arquivístico sem o que perde a sua finalidade.

de; deverá, portanto, conter o máximo possível de condições para consulta. Tais condições, em seu preparo, dizem respeito inicialmente ao próprio entrevistador, passando pelo transcritor e chegando, finalmente, na instituição que o guarda e o mantém. No que diz respeito ao entrevistador, cabe a ele a produção de melhores entrevistas possíveis para que cada uma, dentro de um universo de análise, que é o do entrevistado ou memorialista, tente saturar tanto quanto possível o assunto, para que em outro nível, o de um grupo de entrevistados e, conseqüentemente, do conjunto de entrevistas, o horizonte de saturação de conteúdo seja o mais variado, e assim sucessivamente. Do ponto de vista do transcritor, o material trabalhado deverá estar em perfeita forma datilográfica, dentro dos padrões analisados no capítulo anterior, para facilitar, também, a consulta. Dentro do âmbito da instituição patrocinadora do Projeto, instituição guardadora da entrevista, cabe ao elaborador o resumo, a divulgação da existência do material disponível através da publicação periódica de um Catálogo, e das condições de disponibilidade do material ao uso dos pesquisadores, exceto do que está sob sigilo.

O arquivamento das fitas gravadas obedece à outra estrutura, visto o problema da perecibilidade do material, altamente delicado, bem como as condições de uso que é de menor intensidade que a transcrição. A fita gravada somente é utilizada para conferir informações ou para outros estudos sobre o entrevistado que não visem unicamente a informação.

Considerando que a fita é o único documento que comprova a transcrição, bem como nela

estar registrada a voz do entrevistado, os cuidados com a preservação da mesma são maiores. Aconselha-se, pois, sempre que possível, fazer uma cópia de cada fita para guarda-la em outro local diferente do da original. Por outro lado, é necessário não guardá-la em local sujeito à frequentes descargas elétricas ou com grande variação de temperatura e humidade, pois tais fenômenos poderão facilmente danificar a fita, desgravando-a, muitas vezes, em definitivo.

12. CONDIÇÕES DE CONSULTA

Quatro tipos de fichas de catalogação são necessários para enquadrar-se a entrevista de História Oral dentro de padrões que permitam condições para consulta:

- a. Fichário da entrevista
- b. Fichário de nomes e assuntos
- c. Resumo da entrevista
- d. Índice de nomes e assuntos

O fichário de entrevista (vide modelo 1) é, propriamente, o fichário da vida da entrevista. Nelo registra-se as características do material gravado, do material transcrito e outras que serão analisadas ante o modelo em anexo. A primeira linha, que é o título da entrevista (A) é composta do número da mesma, de acordo com o Projeto em andamento. O Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina dividiu os programas em andamento em dois grupos: Projeto Geral (PG) e Projeto Especial (PE). Ao Projeto Geral estão incluídas as entrevistas que não seguem necessariamente a organização programática de um

Modelo 1

Ficha de Entrevista

A. ENTREVISTA P. . . - N. . .

B. ENTREVISTADO: _____

C. ENTREVISTADOR: _____

D. LOCAL: _____,

E. DATA: ____/____/____

F. TRANSCRITOR: _____

G. FOLHAS DE TRANSCRIÇÃO: _____

H. NUMERO DE FITAS: _____

I. HORAS DE GRAVAÇÃO: _____

J. ÍNDICE: sim _____ não _____

K. TERMO DE DOAÇÃO: sim _____ não _____

L. RESTRIÇÕES: sim _____ não _____

M. Obs. _____

M. DIREITOS AUTORAIS: sim _____ não _____

N. CÓPIAS: _____

O. CONSULTAS:

nome	data
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____

P. OBSERVAÇÕES: _____

determinado assunto. No Projeto Especial (PE) incluíram-se os grupos de entrevistas específicas de determinados assuntos, como a História Municipal de Santa Catarina e a História da Colonização Catarinense. Ao primeiro, numerou-se 01 e ao segundo 02, dentro de cada Projeto, por exemplo P.E.02. Na continuação da linha e após o ítem, tendo-se iniciado com a letra N (número), põe-se o número geral da entrevista dentro do acervo do Laboratório. Exemplo: P.E.02 - N.0067, que quer dizer ser a 67ª entrevista do Laboratório, correspondendo ao segundo Programa Especial (P.E.02).

A seguir, entra o nome do entrevistado (B), do entrevistador (C) e do local da entrevista (D) compreendendo a cidade e o Estado, a data da realização da entrevista (E) e o nome do transcritor (F).

As características materiais da entrevista gravada são transcritas a partir do ítem G, caracterizadas pelo número de páginas da transcrição, o número de fitas utilizadas para a gravação (H) e o tempo gasto pela entrevista, em horas (I). Algumas entrevistas ainda não possuindo índice completo, estão registradas na letra J, bem como o documento de doação da entrevista, na letra K. Se esta doação tiver restrições, está marcada pela letra L. A letra M diz respeito a qualquer tipo de problema de Direitos Autorais, e a letra N, o número de cópias da transcrição em disponibilidade. Finalmente, registrou-se também nesta ficha as consultas (O) à entrevista, bem como, em observação, referências a outro tipo de documento existente em anexo à transcrição, como fotografias, cópias de documentos, etc.

Tal ficha oferece a possibilidade de, numa rápida visão, conhecer-se as características

materiais e não materiais da entrevista, como também o controle das consultas.

O fichário geral de nomes e assuntos, separados, oferece aos pesquisadores também a possibilidade de localizar todas as entrevistas, com as respectivas páginas, que constam a citação do nome da mesma pessoa e do mesmo assunto.

Exemplo:

RAMOS, Nereu

P.G.02 - N.0053 - p.62, 73

P.E.01 - N.0063 - p.13, 15

P.G.03 - N.0069 - p.27

Isto significa que o nome de Nereu Ramos, no caso citado como exemplo, encontra-se em três entrevistas: P.G.02 - N.0053 ; P.E.01 - N.0063 e P.G.03 - N.0069, nas páginas 62 e 73 na primeira, 13 e 15 na segunda e 27 na última.

O fichário de assuntos obedece aos mesmos princípios de organização, diferindo do fichário de nomes pela característica mais vasta do assunto que é citado especificamente não em somente uma página da transcrição, mas em várias, em sequência ou não.

Exemplo:

COLONIZAÇÃO ALEMÃ

P.G.02 - N.0043 - p.13 a 17

P.E.04 - N.0070 - p.7 e 8, 22 a 25

significando que o assunto "Colonização Alemã" encontra-se nas páginas 13 a 17 na primeira entrevista citada e na se-

gunda, nas páginas 7 e 8, e entre as páginas 22 a 25.

Creemos ser dispensável um desenvolvimento mais profundo da importância destas fichas, citando-se apenas a facilidade que oferece à pesquisa através da redução do tempo que se teria em ler cada entrevista para procurar o assunto desejado.

O Resumo da Entrevista já foi analisado no capítulo anterior e, cremos, não há necessidade de se voltar ao assunto. Da mesma maneira os índices de nomes e assuntos.

3. OS DIREITOS AUTORAIS E A LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira é frágil no que diz respeito aos Direitos Autorais, principalmente a respeito do assunto "gravação magnética". A Lei que regulamenta o tema tem o número 5.988 e data de dezembro de 1973. No primeiro título, artigo 4º, que se refere às disposições preliminares, define "fonograma" como a fixação sonora, em suporte material. Entretanto, no título IV denominado Da Utilização de Obras Intelectuais, que rege a obra de arte plástica, a obra fotográfica, obra cinematográfica, obras publicadas em diários e periódicos e obras pertencentes ao domínio público, tem seu capítulo V, artigo 83 - da utilização do Fonograma -, completamente vetado.

Outras considerações, porém, podem ser tiradas de tal legislação, principalmente no que concerne à autoria. Realmente, o grande problema das entrevistas gravadas é quanto à autoria do Fonograma. Pertence ao entrevistado, ao entrevistador ou à Instituição Guarda-

dora ?

A maioria dos países latino-americanos considera autor o entrevistador. Tal posição também tomou os Estados Unidos da América do Norte. À este respeito, é interessante citar o caso jurídico aberto pela senhora Mary Hemingway, viúva do célebre escritor. A. E. Hotchner publicou, em 1966, a obra "Papa Hemingway, a personal memoir", em consequência de uma série de entrevistas gravadas que o autor de "O velho e o mar" havia lhe cedido conscientemente. Após a morte do marido, a Sra. Hemingway solicitou, por via jurídica, a interrupção das vendas e das edições da obra de Hotchner, pois a considerava, como entrevista gravada, propriedade intelectual de seu marido, da mesma maneira que suas cartas particulares. Em 12 de dezembro de 1968, o Tribunal de Apelação do Estado de Nova York não somente rejeitou a solicitação de Mary Hemingway no sentido da cassação da venda do livro, como não considerou material confidencial a entrevista, mesmo que relatasse assuntos particulares que poderiam constituir uma invasão à sua vida íntima, segundo Mary. Devemos considerar, entretanto, que a entrevista concedida por Hemingway foi intencional e implicitamente previa sua publicação imediata (1).

Na legislação brasileira parece não haver caso semelhante, mas a fraqueza da Lei é perfeitamente observada em seu capítulo II, do título do mesmo número, artigo 13, que diz: "considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades

1. Citado por James W. WILKIE in Alternative Views in History: Historical Statistics and Oral History, in Research in Mexican History. p.55

ma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior ... (usando de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou de qualquer sinal convencional)..., tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização". Em outras palavras, o autor de qualquer obra intelectual o é desde que assim o afirme e deixará de sê-lo quando for provado o contrário, simplesmente, o que nada define em relação à entrevista.

Em relação à co-autoria, a lei refere-se à obra cinematográfica e desenhos animados, somente.

O problema não existiria se a legislação desse efetivo direito de autor ao entrevistador ou à Instituição patrocinadora ou guardadora da entrevista. Entretanto, mesmo que seja do entrevistado, o direito de autoria da entrevista, o capítulo III, do Título III, que diz respeito aos direitos patrimoniais do autor e de sua duração, em seu artigo 29 diz que "cabe ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor de obra literária, artística ou científica, bem como o de autorizar sua utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte".

Conclui-se, então, que a legislação brasileira de Direitos Autorais não diz quem é o autor da entrevista gravada, mas ensina o meio de não o ser: transferindo este direito, mesmo não o possuindo, a outrem, lhe assegurando a posse.

Entretanto, apesar de aparentemente resolvido este problema, o da autoria e ou sua consequente transferência, outros problemas legais devem ser ci-

tados a respeito das entrevistas, cujo entrevistador deve ter ciência e, entre os quais, citamos, por exemplo, o da difamação e o da violação da vida privada do entrevistado.

O entrevistado poderá não mais ser o autor da entrevista, mas continuará sendo o autor da citação ou informação difamatória. Toda informação extraída das entrevistas de História Oral deve ser citada juntamente com o autor. Portanto, se o informante não tem provas para citar certas informações, devemos fazê-lo ver que tal poderá voltar contra ele próprio e, como lembra Baum, "a fim de cuidar dos interesses do entrevistado, deve-se a conselhá-lo a respeito dos acordos de uso da entrevista. O entrevistador deverá evitar que o entrevistado diga algo que possa ser usado contra ele e, assim, prejudicá-lo. Nenhum Programa de História Oral se beneficiará se a reputação de um entrevistado for prejudicada através de algo que ele tenha citado durante a entrevista" (2).

No que diz respeito à violação da vida privada do entrevistado, este ~~tem~~, definitivamente, e só ele, o direito de permitir ou não a utilização de suas memórias, através do Termo de Doação.

4. OS CONTRATOS DE DOAÇÃO

Em função da fragilidade da legislação dos Direitos Autorais no que diz respeito à gravação em suporte material, elaboramos três tipos de Termos

2. Willa K. BAUM. Oral History for the Local Historical Society. op. cit. p.45

de Doação padronizados (vide modelos 2, 3 e 4), os quais temos utilizado, dependendo do caso, e funcionando perfeitamente e com validade jurídica. Entretanto, dependendo de situações particulares e interesses de qualquer das partes, pode ser perfeitamente modificado.

O primeiro refere-se à doação completa da entrevista, sem restrições, totais ou parciais, de uso. O segundo refere-se a restrições parciais para o caso em que o entrevistado sele determinadas páginas, somente, da entrevista. Neste caso, a fita ou fitas magnéticas utilizadas na gravação serão também seladas, só que completamente, pois é impossível destacar-se determinados trechos da fita. Finalmente, o último modelo de termo de doação serve para o fechamento ou selamento total da entrevista, por determinado tempo. Este tempo de selamento poderá ser marcado perfeitamente por qualquer data, segundo o entrevistado, ou por qualquer acontecimento, como sua morte.

Em troca, damos ao entrevistado um recibo de entrevista, como o do modelo 5.

Modelo 2

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, cedo ao Laboratório de História Oral do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma em documento anexo e por mim conforme e rubricadas todas as páginas, da entrevista realizada por mim, _____ com o Sr. _____ em data de ____ de ____ de 19____, na cidade de _____, _____, composto, o material, de _____ () fitas marca _____ de _____ () minutos cada, e transcrição de _____ () páginas.

Declaro também que, pela natureza do trabalho apresentado, o conteúdo das gravações pode ser consultado sem restrições por pessoas qualificadas e devidamente acreditadas, a partir desta data.

Outrossim, dou autorização ao próprio Laboratório para reproduzir de qualquer forma o conteúdo das gravações, sem alterar sua essência, e com finalidade de que as reproduções que se efetuarem sejam usadas no Programa de História Oral da Universidade a que se fez referência.

_____, _____ de ____ de 19____

entrevistado e doador

entrevistador

testemunha

testemunha

Modelo 3

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, cedo ao Laboratório de História Oral do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma em documento anexo e por mim conforme e rubricadas todas as páginas, da entrevista realizada por mim, _____

com o Sr. _____ em data de _____ de _____ de 19____, na cidade de _____, _____, com posto, o material, de _____ () fitas marca _____ de _____ () minutos cada, e transcrição de _____ () páginas.

Declaro também que, pela natureza do trabalho, o conteúdo das gravações pode ser consultado em parte por pessoas qualificadas e devidamente acreditadas a partir desta data, excetuando-se as páginas _____ da transcrição que se manterão lacradas e sob sigilo até _____, após o qual podem ser usadas, reproduzidas e divulgadas.

_____, _____ de _____ de 19____

entrevistado e doador

entrevistador

testemunha

testemunha

Modelo 4

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, cedo ao Laboratório de História Oral do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma em documento anexo e por mim conforme e rubricadas todas as páginas, da entrevista realizada por mim, _____ com o Sr. _____ em data de _____ de _____ de 19____, na cidade de _____, _____, com posto, o material, de _____ () fitas marca _____ de _____ () minutos cada, e transcrição de _____ () páginas.

Declaro também que, fica o Laboratório em questão com liberdade de somente fazer qualquer reprodução do material gravado ou transcrito e sob sua inteira responsabilidade, bem como permitir sua consulta em parte ou no total dos documentos, a partir de _____, sendo que até esta data o material se manterá lacrado e sob sigilo, segundo a minha vontade.

_____, _____ de _____ de 19____

entrevistado e doador

entrevistador

testemunha

testemunha

Modelo 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 Curso de Pós-Graduação em História
 Laboratório de História Oral

RECIBO DE ENTREVISTA

Recebi do Sr. _____
 entrevistado em data de ____ de ____ de 19____
 pelo Sr. _____,
 () fitas magnéticas de marca _____
 com duração de ____ minutos cada, bem como a
 transcrição datilografada em original constante
 de ____ () páginas conforme com o original
 gravado e rubricadas pelo entrevistado, material
 que passará a fazer parte do acervo do Laborató-
 rio de História Oral do Curso de Pós-Graduação
 em História da Universidade Federal de Santa Ca-
 tarina.

Declaro que, segundo vontade do entrevista-
 do e de acordo com o Termo de Doação assinado
 pelo mesmo e datado de ____ de ____ de 19____
 e registrado neste Laboratório sob o nº _____,
 todo o material doado será de uso e divulgação
 do Laboratório, ficando respeitadas as restri-
 ções totais ou parciais expressas naquele docu-
 mento.

Florianópolis, ____ de ____ de 19____

 Coordenador do Laboratório
 de História Oral

5. A ÉTICA EM HISTÓRIA ORAL

Segundo William W. Moss, o entrevistador "forma uma relação moral com o entrevistado, uma relação que é semelhante, mas não tem a proteção legal, das relações entre o médico ou o advogado e seu cliente" (3). Esta relação moral está no compromisso implícito entre ambos, em que o entrevistado concorda em ser franco em suas respostas e o entrevistador concorda, por seu lado, em não publicar suas declarações contra seus desejos. Este compromisso implícito, do ponto de vista ético, é mais importante do que o documento de doação entregue pelo entrevistado, e do documento de recibo do material no qual existe o aceite das regras, documentos estes que tornam o compromisso explícito.

Afora a parte legal que torna esta explicitidade num documento perfeitamente válido, o não cumprimento do compromisso implícito arrasta a entrevista de História Oral para o descrédito, destruindo profissionalmente o próprio historiador-entrevistador. Justamente aí está a diferença entre a entrevista jornalística e a entrevista de História Oral: na segunda, e entrevistado, como autor das memórias, controla a utilização do material por ele fornecido pelo tempo que desejar, enquanto que na primeira, a jornalística, cujo objetivo é a publicação imediata, o entrevistado não controla o uso de suas declarações e desiste totalmente deste controle, implicitamen-

3. William W. MOSS. Oral History Program Manual. p.

te, a partir do momento que passa a fornecê-las. Em História Oral, o objetivo é preservar as informações contidas na entrevista, para a pesquisa histórica, e não a publicação imediata. Isto pode trazer problemas com o compromisso do historiador em divulgar ou fazer chegar ao público especializado ou não, as informações que sejam de real interesse científico. A idéia de que as informações devem ser publicadas vem, no caso, entrar em conflito de que há informações sigilosas ou temporariamente sigilosas que devem ser respeitadas, mesmo quando não são protegidas por lei. A obrigação do historiador e das instituições que patrocinam ou guardam as entrevistas, em tais circunstâncias, é em relação à proteção dos interesses do entrevistado, fornecedor das informações, em primeiro lugar, e à sociedade, neste caso, em segundo.

O principal compromisso do historiador é com a verdade. Entretanto, verá que, em cada entrevista, principalmente as realizadas com pessoas de grupos diferentes, opostos ou contrários ao mesmo assunto, a verdade está em cada uma delas; que a verdade histórica é, pois, relativa. Para preservar esta relatividade da verdade histórica do ponto de vista da fonte fornecedora das informações, o historiador tem o grande compromisso ético de conservar-se o mais imparcial possível durante as entrevistas. Esta imparcialidade deverá ser no sentido de que a condução da entrevista, através de perguntas ou sugestões de perguntas, não demonstrem qualquer tipo de tendência parcial de suas idéias para não influenciar as respostas do informante.

Finalmente, o outro ponto ético

CAPÍTULO VI

FORMAS DE UTILIZAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A utilização da História Oral é ampla e oferece múltiplos aspectos que poderão facilmente encontrar utilidade nas várias áreas da pesquisa científica das ciências humanas.

Além de estudos de História Social abrangendo seus inúmeros aspectos como o religioso, o migratório, o familiar e suas transformações, a política, etc., a História Oral oferece considerável amplitude a todas as áreas que impliquem nas modificações da História das Idéias, tão difícil de ser desenvolvida através dos documentos tradicionais. A História Oral, se é memória gravada, é idéia em mutação e idéias em choque.

Neste capítulo, entretanto, nos limitaremos a analisar dois pontos que achamos importante, mas que, de maneira alguma, saturarão o assunto: a utilização didática da História Oral e a utilização desta técnica como meio de preservação do pensamento artístico. São dois

temas bem distantes entre si e, por isto, os escolhemos para mostrar a vasta gama de utilização científica e técnica.

2. A UTILIZAÇÃO DIDÁTICA DA HISTÓRIA ORAL

Eugenia Meyer considera que a História Oral pode ser desenvolvida por uma série de pessoas de formação não historiográfica, entre as quais ela menciona estudantes e jornalistas. Entretanto, a própria pesquisadora mexicana citando Merton e Kandall, diz que a técnica consiste em entrevista focalizada que necessita "experiência e habilidade por parte de quem realiza a entrevista"(1), baseando-se numa preparação prévia de sorte que não envolva questões conhecidas ou transcendentais. Em outras palavras, o entrevistador deve conhecer perfeitamente bem o assunto principal sobre o qual vai entrevistar, conhecer através de uma leitura bibliográfica suficiente para poder extrair aquilo que ainda não foi publicado e divulgado. Ora, a partir do momento que qualquer entrevistador estudante ou entrevistador jornalista possuir suficiente bagagem literária sobre o assunto, que lhe dê condições de não repetir o já divulgado, ele deixa de ser simplesmente um estudante ou jornalista, para tornar-se um "expert" no assunto e transforma-se num historiador afetivo.

Realmente temos medo de introduzir não historiadores profissionais no campo da entrevista

1. Eugenia MEYER e Alicia O. de BONFIL. La Historia Oral. Origen, Metodología, Desarrollo y Perspectivas op. cit. p. 376

ta da História Oral. Depois de termos levantado as condições básicas para a realização da entrevista, depois de, proposi-
tadamente, termos salientado os problemas jurídicos advin-
dos de uma divulgação de entrevista mal feita (nos quais as
bem realizadas poderão igualmente estarem sujeitas), e de-
pois de levantarmos, mesmo que rapidamente, os problemas é-
ticos que unem entrevistadores e entrevistados, achamos te-
merária a realização de entrevistas por estudantes de ní-
veis primário e secundário, como prática didática a ser uti-
lizada corriqueiramente.

Se limitarmos a técnica de His-
tória Oral como somente uma inocente extração
de informações através de entrevista sem a necessidade do
devido preparo, então poderemos admitir a entrevista prepa-
rada e realizada por estudantes. George Browne cita algu-
mas experiências realizadas nos Estados Unidos com traba-
lhos sobre elementos de imigração de diferentes grupos ét-
nicos de Nova York, realizados por alunos (2). Na verdade,
tal tipo de exercício desperta grande interesse pelo passa-
do entre as crianças, mas ficamos a duvidar se tais docu-
mentos extraídos carregam o objetivo primeiro da História
Oral de se transformar em fontes históricas de valor cien-
tífico, ou servem apenas para despertar curiosidade histó-
rica entre os alunos, substituindo outras técnicas e proce-
dimentos didáticos perfeitamente eficazes para tal.

Achamos preferível não reali-
zar uma entrevista que irá se transformar em uma má fonte

2. George P. BROWNE e Walter F. PIAZZA. A Documentação em
História Oral. op. cit. p. 930

histórica, irreal e deturpada, do que a realizar simplesmente para impedir que ela se acabe em definitivo com a morte do informante. É preferível que, no futuro, não se tenha noção histórica noção histórica deste nosso presente ou do nosso passado recente, informação através do documento de História Oral mal elaborado, do que tê-lo deturpado.

Vemos, pois, a utilização didática em nível inferior ao de pós-graduação, com reservas, principalmente dentro da estrutura educacional brasileira e com os resultados pedagógicos perfeitamente observáveis no presente, na qual, por motivos os mais variados e perfeitamente discutíveis pelos especialistas, tende rapidamente à uma questão de qualidade.

Não conhecemos o nível dos alunos dos demais países latino-americanos, mas pela experiência que temos tido após quase 20 anos direta e indiretamente com o estudante secundário, cremos poder afirmar que o mesmo tem poucas qualidades de utilizar criteriosamente as técnicas de História Oral.

Ficam, pois, os estudantes de nível superior e os de pós-graduação para serem analisados.

Durante os dezoito anos de existência da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), nunca foi permitida a apresentação de trabalhos de alunos nos simpósios realizados bianualmente, tendo sido, entretanto, aprovado recentemente em Assembléia Geral, que tal se faria a partir de 1979, quando da reunião de Niterói. Esta proibição, temos certeza, tem sido menos pelo caráter egoísta que poderia parecer da

parte dos professores do que um real receio da deturpação científica dos trabalhos históricos. Isto impediu que, até hoje, nós, professores, conhecessemos a experiência demonstrada, em nível nacional, dos alunos de História através de seus projetos e pesquisas.

Entretanto, se a experiência adquirida pelo contato com algumas universidades do sul do Brasil for válida, onde o universitário não é pior do que nas demais regiões, bem como se for válida a experiência indireta com universidades de outras partes do país, podemos afirmar que também o nosso estudante de graduação, em geral, não possui maturidade suficiente e um perfeito embasamento científico para preparar documentos suficientemente válidos para que o pesquisador profissional do futuro - ele próprio, o aluno de hoje - tenha perfeito conhecimento histórico dos dias de hoje ou do passado recente.

Pode parecer que tenhamos tomado uma posição muito ortodoxa em questão de História Oral e, cremos ter desenvolvido, até certo ponto, teoria neste sentido, no presente trabalho, limitando, em consequência, bastante a utilização e a realização da entrevista de História Oral somente entre profissionais historiadores. Mas, achamos que tal posição é válida desde que objetive tão somente a verdade científica da História, já tão discutida e controvertida durante séculos. Para tanto, achamos limitado o campo da utilização didática da História Oral, pois ela somente é possível - pelo menos no Brasil - a nível de pós-graduação.

Durante o IX Simpósio da ANPUH realizado em 1977, em Florianópolis, tivemos a pouco grata

informação de parte de professores de alguns estados brasileiros que seus mestres orientadores de dissertação de mestrado não estavam aceitando como válido o documento de História Oral. Mesmo que tenhamos podido identificar alguns mestrandos sem condições técnicas para a utilização correta da técnica de extração de memórias, de qualquer maneira o que conseguiram é de valor documental. Inquestionável ou não.

A experiência que temos tido entre os mestrandos de História que tem utilizado a História Oral em Santa Catarina é extremamente positiva. Quer na elaboração de entrevistas para o Laboratório de História Oral da UFSC, quer em trabalhos particulares de dissertação, as entrevistas tem possuído um índice realmente bom se considerarmos as dificuldades iniciais de todo entrevistador novo, mas que, gradativamente, vem a melhorar com a prática da técnica. Grande número de trabalhos é dedicado à história contemporânea regional, daí a extensa utilização da História Oral.

3. A HISTÓRIA ORAL NOS MUSEUS DE ARTE DO BRASIL

No panorama funcional dos museus brasileiros, principalmente aqueles que se voltam às atividades caracteristicamente artísticas, muitas vezes concorrendo mesmo, paralelamente, com as funções comerciais das galerias de arte, neste panorama distorcido de objetivos e funções, nota-se além, e quase que completamente, a inexistência da pesquisa museológica como atividade constante.

Naturalmente que não se há de querer que os pequenos museus espalhados pelos vários cantos do Brasil dediquem-se à pesquisa artística, pois suas funções regionais se acham limitadas dentro de um pequeno mundo cercado de obstáculos, os mais variados possíveis, que vão desde o pessoal não qualificado até as dependências inadequadas além de outros problemas.

Entretanto, e de qualquer maneira, o mais que os museus de arte poderiam se dedicar, - a pesquisa - com raríssimas exceções, eles se preocupam com ela. Os outros tipos de museus como os históricos, os arqueológicos, os museus temáticos, enfim, a maioria deles, pelo menos, propõe-se a uma programação às vezes teórica, outras vezes efetiva, da pesquisa.

Dois aspectos principais podem ser observados quanto aos obstáculos que impedem a pesquisa como atividade programática dos museus de arte: o primeiro deles é o próprio caráter social deste tipo de museu; social não apenas no aspecto de abrangência de público que, se diretamente afetado mediante a elaboração de programas complicados ou não, seriam mais completamente abrangidos e beneficiados dentro daquilo que o museu se propõe. Caráter social, queremos dizer, do ponto de vista exclusivamente promocional mantido por uma pequena camada de artistas e, ou, de uma menor ou maior casta de público economicamente bem aquinhoado que se preocupa pela existência da arte nas paredes dos museus apenas como produto de alta valorização econômica e, usando termo mais específico, com liquidez garantida. A este tipo de museu, em geral, é propositadamente dada uma estrutura administrativa ou de material hu

manocompletamente ineficazes, mas seguramente válida para a manutenção dos círculos de alta roda social.

O segundo aspecto que impede uma maior atividade propícia ao pesquisador de arte, ao historiador, é fatalmente a inexistência de documentos necessários à pesquisa.

Ao contrário dos museus que guardam e expõem objetos de outra ordem que não especificamente o artístico, o museu de arte, de maneira geral, não dispõe de espaço ou mesmo de estrutura para manter arquivado objetos que não sejam a própria obra de arte. Isto, talvez, deva-se ao objeto de exposição mesmo, às suas características de coisa criada individualmente e mesmo à função que ele exerce na sociedade. O objeto de arte, a obra, é essencialmente único e pessoal e, para tanto ele foi pensado, composto materialmente e tecnicamente executado e concluído por um único artista e somente dele depende diretamente. Ou dependeu.

Este caráter individualista da obra de arte como peça museológica faz com que ela difira completamente dos objetos expostos em outros museus como o histórico, o arqueológico, o científico, pois neles o acervo são compostos quase que exclusivamente de peças que tiveram um caráter mais social, coletivo, do que uma única peça de arte, criada por um único artista.

Um móvel de sala de jantar do século XVIII reflete muito mais uma determinada sociedade da época do que um quadro pintado no mesmo período e para a mesma sociedade. A complexidade de abrangências sociais

de dependências políticas e econômicas e de influências culturais que um pesquisador observará e obterá de uma peça histórica ou de um conjunto de peças, será, naturalmente, muito maior do que aquelas obtidas de uma obra de arte. A necessidade de compreensão daqueles aspectos variados e complexos que envolvem uma peça histórica exigirá, em consequência, a utilização de outros documentos explicativos daquele grupo social e, decorrentemente, a utilização de um acervo paralelo ao frequentemente exposto, servido de documentos os mais variados.

Nos museus de arte, o interesse, quando ultrapassa o aspecto estético, atinge campos geralmente mal percorridos e neles obtem-se uma imperfeita visão da época da obra analisada. Esta complementação não será obtida diretamente através da obra, mas nas bi-bliotecas existentes nos museus, quando existem. O museu de arte, portanto, não se preocupa em guardar a roupa de determinado artista, a chícara em que ele tomou café em determinada manhã antes de pintar um quadro, nem o passa-porte que lhe permitiu viajar para melhorar suas pesquisas, como podem fazer os museus históricos, nem os museus de arte exporão frequentemente ou guardarão as longas e entediosas descrições técnicas e explicativas, em painéis especialmente montados, da descrição de determinada obra, como fazem os museus de ciência. Os museus de arte guardam e expõem simplesmente a obra de arte, acompanhada de reduzida citação biográfica do seu artista, mas que não dão, nunca, uma compreensão verdadeira de sua vida. Poucos são os que possuem coleções de catálogos de exposições e, mais raríssimos ainda, os que possuem alguns manuscritos dos ar

tistas. Os museus de arte tornam-se, então, museus exclusivamente expositivos das obras e são mudos em seus conteúdos informáticos.

Isto, naturalmente, trará como consequência, as inevitáveis impossibilidades de pesquisa acerca do artista e, mais além, falhas irrecuperáveis na própria História da Arte.

A História da Arte Brasileira é relativamente curta se considerarmos o tempo da de outros países. Isto facilita a pesquisa por parte dos historiadores e torna-se mais fácil ainda se observarmos as duas grandes tendências para as quais os museus brasileiros de arte se dirigem: o regionalismo e a contemporaneidade. A crescente alta de preços das obras de arte incentivada pelas galerias e pelos próprios colecionadores, aliada à constante falta de recursos econômicos dos museus brasileiros, mesmo os maiores, com que seus acervos aumentem em grande parte através de compras ou doações de obras de artistas novos, muitas vezes achados e promovidos pelos próprios museus para valorizarem seu acervo, e por artistas da região ou do Estado onde se encontra o Museu. E, justamente estes dois aspectos, estas duas tendências, a da regionalização que aproxima geograficamente o artista do museu e o da contemporaneidade que faz com que o artista quase que viva no museu e do museu, facilitando a obtenção de um rico acervo para a pesquisa futura.

Além da documentação escrita, manuscrita ou impressa, acerca do artista e necessária à pesquisa, cabe aos museus brasileiros em particular, prin

principalmente os especializados em arte contemporânea, se preocuparem pela documentação.

Considerando o caráter essencialmente individualista da obra de arte, a sua inevitável e estreita ligação com o seu criador, seus aspectos estéticos e, conseqüentemente, seus aspectos psicológicos, reflexos de condições únicas dentro da sociedade em que vive e participa o artista, o depoimento oral, emocional mesmo, mais do que outro documento, servirá para compreendê-lo.

A História tradicional até agora tem sido reconstruída através das chamadas fontes primárias, onde se incluem manuscritos, documentos originais, pegadas as mais variadas, etc., além das fontes secundárias que abrangem uma série de outros instrumentos de trabalho já elaborados ou interpretados por outros. Este aspecto já abordamos no capítulo I. A História da Arte, em particular, serve-se dos mesmos documentos aceitos comumente por todos os historiadores, além de analisar mais detidamente o conteúdo específico da obra de arte através das transformações que lhe foram peculiares, não se esquecendo, naturalmente, de abranger um aspecto da evolução do pensamento filosófico que é a própria estética. Entretanto, a História da Arte é da arte e para a arte exclusivamente, diferente da História Social ou Política da Arte ou da História Econômica ou Técnica da Arte. Ela deve analisar, em síntese, unicamente a obra ou o conjunto de obras de um artista ou de uma época, sempre partindo da obra-unidade para justificar a sua existência.

Torna-se, então, trabalhoso e difícil para o historiador da arte conseguir um verdadeiro

casamento entre os aspectos sociais, políticos ou religiosos de cada época com a obra em si, analisando-a em sua forma, sua mensagem, sua técnica, sem, entretanto, um conhecimento mais estreito com o autor. O historiador de arte normalmente só conhece o artista através de sua obra ou, como conclusão de generalidades psicológicas alcançadas pelo conhecimento da História em si, proporcionando a que muitas vezes levante-se dúvidas a respeito da perfeita interpretação do pensamento do artista por parte do historiador. A história do pensamento artístico ou estético obtida sem documentação escrita dos teóricos e simplesmente através da análise interna do objeto artístico é, senão impossível, mas que demandaria um esforço interpretativo por parte do pesquisador. Por outro lado, isto é mais Crítica de Arte do que História e, pode-se mesmo considerar a Crítica de Arte e a Historiografia como trabalhos independentes, mas paralelos à própria arte.

Quando o historiador consegue documentar originais do próprio artista, documentar o que facilita a interpretação de sua arte, ele se lança ávidamente sobre eles, usa-os com verdadeira precisão, rara, oportunidade de mais estreitamente conviver com o pensamento do artista a respeito de sua arte que é, em síntese, seu objeto. É o caso de Van Gogh que através de suas cartas para o irmão, tão bem analisou e elucidou sua obra. Mas, com a importância e a vestidão de Van Gogh, poucos são os artistas que deixaram para a posteridade impressões pessoais.

Os artistas contemporâneos com mais facilidade dão entrevistas a órgãos de imprensa que poderiam facilitar o trabalho dos críticos e dos historiadores.

res do futuro. Mas, apesar da relativa validade destas entrevistas, temos que considerar que elas são feitas geralmente por jornalistas que pouco contacto tem com a arte e pouco dela entendem, além de cortarem, enxertarem e mesmo acrescentarem coisas que o próprio artista nunca disse ou pensou. Isto também torna duvidosa a entrevista jornalística para a historiografia do futuro, mormente se consideramos os aspectos abrangentes que estão no plano filosófico ou conceitual. A má interpretação e a distorção são frequentes.

Entretanto, a historiografia conta com um novo instrumento de trabalho que, bem aplicado, facilmente proporcionará ao historiador do futuro, ao crítico mesmo, um verdadeiro manancial documental. É a História Oral.

Quantos artistas tolhidos pela limitação natural da escrita falaria horas a fio de suas vidas, de seus trabalhos, desde a concepção até a conclusão final de suas obras, reconheceriam ou regeitariam influências, contariam e desabafariam problemas. Estas informações todas são necessárias para a compreensão da arte contemporânea e principalmente para o futuro, quando a visão das teorias da arte forem diferentes, quando a compreensão desta sociedade atual, envolvente, contraditória e muitas vezes chocante, for olhada de outro ângulo.

Abs museus brasileiros de arte contemporânea, tão de pouca idade, aproveitando a convivência dos artistas em suas salas, cabe começarem a se preocupar com a formação de seu acervo de obras de arte. E, além

dos documentos tradicionalmente reconhecidos, podem iniciar um arquivo de História Oral com documentos que no futuro servirão para o desenvolvimento da História da Arte.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES: O HISTORIADOR, O DOCUMENTO E A HISTÓRIA ORAL

Ao longo deste trabalho procuramos dar vários enfoques à História Oral, tanto em seu aspecto teórico, quanto ao técnico, tentando mostrar os diferentes passos da execução da prática do ponto de vista do historiador, da História como ciência, do fato histórico e do participante deste fato.

Vimos que, pelas características próprias do documento extraído da entrevista de História Oral, ele não se enquadra na tradicional relação de tipos de documentos, principalmente pelo seu caráter intencionalmente preservatório de informações do presente, para o futuro e, dentre as fontes estudadas, aquela que mais se aproxima da fonte de História Oral, é o monumento público, megalítico ou não, mas praticamente o menos perecível, que é feito e erigido para a posteridade. Entretanto, apesar desta semelhança quanto à intenção da preservação, ele difere pelo fato de ser erigido, normalmente, pelas clas-

ses dirigentes, pelas elites, tornando-se, consequentemente, parcial quanto à informação que pretende deixar.

A elaboração do documento de História Oral, por outro lado, exige o cumprimento de uma série de princípios, tanto na sua preparação, quanto no seu desenvolvimento, que somente o historiador tem condições éticas e metodológicas para tal. O historiador que pratica a História Oral, mais do que o outro que utiliza outros documentos, tem que seguir princípios éticos rígidos, pois trabalha diretamente com o ser humano e naquilo que ele tem de mais pessoal que é o seu caráter, sua personalidade, expressos através do registro de sua memória, de sua vivência dentro de uma sociedade, dirigindo-a ou sendo liderado. Participando, enfim, e fazendo história de uma sociedade existente num passado bem próximo e, portanto, ainda marcante.

A extração de tais memórias, gravadas magneticamente e com posterior transcrição transformada em documento tradicional, a partir daquilo que é frágil legislação brasileira denomina de "fonograma", e que é também outro documento paralelo, é facilmente deturpável quando dirigido por pessoas não capacitadas, tornando-se uma fonte tendenciosa e passível de interpretações errôneas pelos pesquisadores do futuro.

O documento de História Oral é basicamente fonte para o futuro, enquanto que os documentos ou fontes tradicionais, em geral, não são produzidos com a intenção de, intactamente, servirem para o futuro e, quando o são, suas feituas mostram pontos de vista unilaterais dos fatos que pretendem demonstrar. Isto

significa que o material que o historiador tem em mãos para reconstruir o passado é um material que sobrou daquele passado e por sorte sobreviveu até o presente; é um material que pode representar uma sociedade somente até certo ponto, por que além de ser escasso, torna-se fonte de uma sociedade desprevenida em preparar ou preservar seus exemplos para o futuro.

Caberia, então, neste ponto, a formulação de algumas questões finais. Deve cada sociedade preparar para o futuro fontes históricas dignas de fé e que realmente a representem na sua totalidade, isto é, as informações históricas de cada sociedade devem ser aquelas que a própria sociedade melhor julgar?, ou cabe somente ao historiador procurar no passado aquilo que lhe dê condições para entender o presente, com a certeza de que as fontes que lhe restam não são completas. A função do historiador tem sido realmente a de um montador de um jogo de quebra-cabeça cuja totalidade de peças ele tem certeza não existe e não sabe quais são as faltantes. Naturalmente que a resposta que conviria aos dois lados seria a de que qualquer coisa que o historiador desejasse em relação ao passado poderia encontrar facilmente em fontes intencionalmente ou não preparadas para tal. Entretanto, é impossível. Por outro lado, se a função do historiador é a de justificar e fazer entender o presente através dos fatos do passado, cabe à ele a seleção dos assuntos que irá procurar, contando com os documentos que poderá encontrar. Se, também, couber à ele somente a reconstituição do passado, sem outro objetivo imediato, caberiam às sociedades prepararem documentos para o futuro. Mas, para tal, não é;

somente necessário guardá-los como fazem simplesmente os arquivos públicos.

Mas, bem sabemos que nenhuma sociedade, olhada como um agrupamento de indivíduos comuns de interesses e formações diferentes, tem condições de realmente saber o que, nela, deverá ficar para o futuro. Caberia, portanto, ao historiador, que tem conhecimento do presente não por ele próprio, mas através de seus antecedentes, caberia ao historiador a preparação de documentos no presente, sobre um passado próximo, para serem usados no futuro." O historiador pertence ao presente e não ao passado", segundo Carr (1), conseqüentemente lhe é muito mais fácil analisar o presente como consequência de uma série de acontecimentos que se acumularam, se chocaram e se somaram no passado, do que entender este mesmo presente a partir de vivência, preconceitos e critérios próprios.

Caberia, então, também, uma nova categoria de historiadores que é a de preparar documentos do presente para sua utilização no futuro, através do conhecimento das causas no passado. Assim, o trabalho dos historiadores seria contínuo.

A História Oral parece que se encaminha para este objetivo, pois exige dele um conhecimento do passado para capacitá-lo a selecionar fatos e pessoas realmente importantes dentro dos acontecimentos com diferentes pontos de vista de um mesmo assunto, e proporcionar a estas pessoas a oportunidade de um depoimento sig

1. CARR. Que é História ? p. 23

ceros, sem intervir nos mesmos, para agrupá-los e formar um acervo suficientemente ponderado para as pesquisas no futuro. Daí a necessidade da interferência de um historiador criterioso e com princípios éticos para dirigir as entrevistas. A preparação de um acervo de História Oral - paralelo ao acervo dos arquivos tradicionais de toda ordem - constitui-se um material de excepcional validade para a reconstituição, no futuro, da verdadeira imagem da nossa sociedade. O documento de História Oral, se não substitui os documentos tradicionais, completa-os por que é intencionalmente preparado para o futuro, através da direção do historiador do presente.

CONCLUSÕES FINAIS

Como conclusões finais deste trabalho, cabe um resumo das experiências obtidas através do emprego da técnica de História Oral no Brasil, em relação a certos princípios adotados por autores estrangeiros. As posições adotadas aqui não significam uma rejeição completa e total às posições estrangeiras mas sim uma adaptação da teoria e dos métodos empregados por eles à realidade brasileira, condicionada às condições históricas, sociais e culturais, adaptação necessária após a experiência prática do exercício da História Oral.

Para tanto, selecionamos dez itens que abrangem diferentes aspectos da teoria e da técnica, com os quais, através da experiência, discordamos e passamos a discuti-los, mesmo que já tenham sido abordados no corpo deste trabalho.

1. Dentro do problema puramente teórico, muitos planejadores de programas de História Oral consideram válida a gravação de conferências, palestras, aulas e mesas redondas. Considerando que a História Oral é caracteristicamente uma entrevista onde participam pelo menos duas pessoas, em princípio, o monólogo das conferências e aulas não pode ser considerado, mesmo sendo uma autobiografia ou o relato de qualquer vivência. A função do entrevistador é justamente a de levantar problemas que ao entrevistado tenham passado despercebidos em relação a sua participação no fato histórico. Por outro lado, a preparação de qualquer conferência ou aula é uma atividade que torna até certo ponto rígido o relato, pois deve se enquadrar dentro de um roteiro previamente preparado e com pouca flexibilidade em função da estrutura didática a que se propõe.

2. Entrevistadores, como os Wilkie, nos relataram a necessidade que tinham em contactar intimamente com o entrevistado, antes mesmo da entrevista. Propunham-se praticamente a conviver durante alguns dias com o entrevistado, para que nesta convivência cada vez mais quebrassem o gelo existente inicialmente entre entrevistado e entrevistador e fosse possível uma maior confiança mútua entre os dois. Temos observado em nossa experiência e através da observação de trabalhos de outros, que quanto maior a intimidade entre o entrevistador e o entrevistado, pior a entrevista. Tal fato tem como causa o próprio conhecimento entre os dois, havido antes da entrevista, que muitas vezes tolhe o entrevistador

de fazer determinadas perguntas pois acha que poderiam ferir suscetibilidades ao entrevistado que, a um entrevistador nos conhecido, o problema não surgiria. Por outro lado, o importante em História Oral é gravar tudo, inclusive aquilo que já seja do conhecimento do entrevistador mas não tenha sido publicado. A intimidade entre entrevistador e entrevistado fornece ao primeiro informações que são adquiridas inconscientemente antes da entrevista e, em consequência, não são lembradas durante a sessão e não são registradas magneticamente para posterior transcrição.

3. O terceiro item, que a experiência nos faz discordar de outros entrevistadores, principalmente os métodos adotados pelos mexicanos, é a possibilidade de que as entrevistas sejam realizadas por pessoas sem formação acadêmica em História, permitindo que entrevistadores profissionais, não somente jornalistas, mas de outras especialidades, executem a tarefa. Ora, repetindo o que já foi dito em capítulos anteriores, se o objetivo da História Oral é o de preservar documentos para uma futura pesquisa histórica, eles deverão conter uma abrangência de perspectiva histórica do presente ou do passado próximo. Tal perspectiva só é possível com base no conhecimento das causas históricas, o que é, naturalmente, privilégio do historiador; portanto, se só o historiador sabe das causas para compreender o presente, somente ele poderá formar documentos relativos a fatos ocorridos num passado recente, para o futuro.

4. Um quarto item, que é a possi

bilidade da realização de entrevistas coletivas, deve ser discutida mais uma vez. A História Oral tem por objetivo a extração de vivências particulares, portanto, a entrevista deve ser particular, exceto quando o objetivo é colocar em choque opiniões opostas sobre um mesmo assunto, num mesmo momento de gravação. Entretanto, as entrevistas realizadas com duas ou mais pessoas tem vários aspectos negativos que já foram desenvolvidos neste trabalho, conduzindo, muitas vezes, a um erro fatal a entrevista, pois impede que os memorialistas se expressem com mais liberdade em suas opiniões, pela presença de terceiras pessoas, principalmente opositores.

5. Se a História Oral tem como objetivo a extração de vivências particulares, como dissemos acima, estas vivências são, naturalmente, relativas a um tema central que levou o entrevistador a escolher determinado entrevistado. Entretanto, o acontecimento, que deve ter sido importante na vida do entrevistado, não lhe passou em branco, mas sim marcou-o profundamente, tanto em aspectos positivos, quanto negativos. Por outro lado, a análise das causas biográficas que levaram o entrevistado a participar de tal fato, é importante

para a compreensão do mesmo, portanto, a biografia total do entrevistado, dita por ele mesmo, além de fornecer outros elementos de pesquisa que não o assunto principal, dão autenticidade à origem da fonte histórica.

6. Outro aspecto diz respeito à possibilidade de cortes de partes da transcrição ou desgravação de citações. Sabemos perfeitamente que o entrevistado é o responsável pelo que diz, pelas informações que fornece. Por outro lado, ele deve ter conhecimento dos direitos que regem a entrevista de História Oral no que diz respeito às limitações de consulta da mesma. Portanto, se o entrevistado for realmente cientificado destes direitos, antecipadamente, ele poderá, perfeitamente, dizer o que quer, limitando a consulta por determinado tempo, sem ter que apagar o que disse, mas acrescentar e melhorar, posteriormente, nunca cortando as informações.

7. A História Oral caracteriza-se, também, pela espontaneidade das informações. Sendo o questionário, previamente elaborado, um elemento limitador da espontaneidade, somos desfavorável à utilização deste recurso, mesmo por que dá oportunidade do entrevistado de "preparar" as respostas previamente.

8. O Instituto Nacional de Antropologia e História do México adota como prática a inclusão ao documento transcrito uma

crítica do entrevistador. Tal crítica é também um documento à parte do corpo da entrevista, elaborado pelo entrevistador, que consiste em, após a sessão, uma análise pessoal acerca de observações sobre o entrevistado, definindo situações de realização da entrevista, condições financeiras aparentemente observadas pelo entrevistador, aspectos psicológicos do entrevistado durante a entrevista, etc., no intuito de fornecer outros elementos para a análise do memorialista. Acontece que tais informações, a nosso ver, poderão ajudar a uma análise psicológica do entrevistado, mas não das informações dadas por ele. Por outro lado, sendo a transcrição da entrevista um documento público de pesquisa, esta análise pode ser considerada anti-ética, pois, realmente, mostra facetas observadas somente pelo entrevistador durante um determinado tempo em que foi feita a entrevista, o que não caracteriza em definitivo a psicologia do entrevistado, mesmo por que ele não sabe que tal análise vai ser feita.

9. Como nono ítem podemos citar a prática de alguns entrevistadores de não limparem o texto final, conservando todos os erros de linguagem existentes na gravação. Justificam tal medida pelo fato de poder descaracterizar psicologicamente a espontaneidade da entrevista, expressa justamente por estes erros. Entretanto, a transcrição tem que ser feita de maneira legível e compreensível e para tal, como em todo texto escrito, inclui-se-lhe pontos, vírgulas e outros sinais gráficos necessários, sem os quais não haveria possibilidade de compreensão do mesmo. Portanto, se eles são necessários, a exclusão de palavras repetidas ou incompletas tam-

bem o é, o que vai permitir uma leitura mais agradável do documento, sem torna-lo uma obra-prima literária, nem descharacterizar o informante.

10. Finalmente, o último ítem traz-nos ao problema da utilização didática da História Oral, já discutido em capítulo anterior. A nosso ver, está longe a possibilidade de uma intensa utilização da História Oral como elemento didático, além de ser fonte de pesquisa, em virtude das estruturas educacionais brasileiras, do momento.

BIBLIOGRAFIA

- CARR, E.H. Que é História ?Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BAUER, Wilhelm. Introducción al Estudio de la Historia. Barcelona, Bosch, 1957.
- BAUM, Willa K. Oral History for the Local Historical Society. Nashville, American Association for State and Local History, 1972.
- BROWNE, George P. & PIAZZA, Walter F. A Documentação em História Oral, in Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976.
- CHAUUNU, Pierre. A História como Ciência Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- GOODE, William J. & HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Nacional, 1968.
- HALICARNASO, Heródoto de. Los Nueve Libros de la Historia Barcelona, Iberia, 1955
- MEYER, Eugenia 7 BONFIL, Alicia Oliveira de. La Historia Oral. Origen, Metodologia, Desenvolvimento y Perspectivas. Mexico, INAH, 1971

- ROSS, William W. Oral History Program Manual. New York, Praeger Publishers, 1974.
- NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa Social. Introdução às suas Técnicas. São Paulo, Nacional, 1968.
- ROY, Teresa M. Malatian. História Oral, in Revista de Estudos Históricos, nº15, Marília. 1976
- SHUNWAY, Gary. Oral History in the United States. New York, The Oral History Association, 1971
- WESTPHALEN, Cecília. Situação da Pós-Graduação em História. Comunicação apresentada na XIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília, 1976.
- WILKIE, James W. Alternative Views in History: Historical Statistics and Oral History, in Research in Mexican History. Compilado e editado por Greenleaf, Richard E. & Meyer, Michael C. Lincoln, University of Nebraska Press, 1973.
- Elitismo, in Las Historias de Vida en Ciencias Sociales. Teoría y Técnica. Selección e introdução de Balan, Jorge. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- WILKIE, James & Edna Monzón de. Mexico Visto en el Siglo XX. Mexico, INIE, 1969.